Coleção
RETRATOS DO BRASIL
Volume 90

C764u Conrad, Robert.
Os Últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2.ª edição 1978
394p. ilust. 21cm (Retratos do Brasil, v.90)

Do original em inglês: The destruction of Brazilian slaver, 1850-1888.
Apêndices.
Bibliografia.

1. Brasil — História — Abolição da escravidão, 1888. 2. Escravidão no Brasil. 3. Negros — Brasil. I. Brasil. II. Título. III. Série.

CDD — 981.03
301.44930981
301.45196081
CDU — 981"1850-1888"
326(81)"1850-1888"

CIP-SNEL/RJ-75-0256

Robert Conrad

Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil

1850 - 1888

Tradução de
Fernando de Castro Ferro
2ª Edição

civilização
brasileira

De importância especial para a abolição, foram, também, os acontecimentos que se verificavam na província do Ceará, atacada pela seca e já então possuindo poucos escravos. A *Gazeta do Norte*, um jornal liberal de Fortaleza, algo indiferente à questão da escravatura quando foi fundado, em junho, já se transformara no final de novembro de 1880 (juntamente com a opinião pública nessa capital do norte) num jornal abolicionista. A mudança foi realizada a tempo de o jornal louvar a criação da Sociedade Cearense Libertadora, o clube abolicionista do Ceará, que teve sua reunião de organização em 8 de dezembro e depressa iniciou uma campanha para libertar todos os escravos da província.

fevereiro de 1881; Documentos relativos à escravatura, 1815-1880, AN, Cod. 622; *A Idea Nova*, Diamantina, 8 de outubro de 1880; *Gazeta da Tarde*, 27 de novembro e 13 de dezembro de 1880.

... a meu ver
a emancipação dos escravos e dos ingênuos
é o começo apenas de nossa obra.

JOAQUIM NABUCO
O Abolicionismo

São Paulo prefere a republica à abolição;
escolha o Imperador.

Deputado COSTA PINTO
de São Paulo, em 1880

10

AÇÃO E REAÇÃO

OS ABOLICIONISTAS

Os HOMENS e as mulheres que desencadearam esta fervente revolta nacional formavam um grupo diverso cujas qualidades comuns eram o talento, o entusiasmo e a dedicação. Três organizações ligadas entre si tinham-se formado rapidamente no Rio de Janeiro, em 1880, uma em volta de José do Patrocínio e Nicoláo Moreira e a Associação Central Emancipadora, outra em redor de José Ferreira de Menezes e a *Gazeta da Tarde* e a terceira com base na figura de Joaquim Nabuco e na sua Sociedade Brasileira contra a Escravidão.

Apesar de publicar o mensário *O Abolicionista*, a ala de Nabuco do movimento dirigia-se menos à população como um todo, organizava reuniões públicas com menos freqüência devido à falta de fundos e jamais contou com um diário popular e poderoso como a *Gazeta da Tarde*. Dispondo de pouco dinheiro, mas possuindo grande prestígio e magnetismo pessoal, Nabuco dirigiu seus esforços para a legislatura durante os períodos em que teve uma cadeira na Câmara, para obter apoio nos centros intelectuais da Europa e até,

finalmente, para conseguir o auxílio do Papa e de uma Igreja vagarosa à causa abolicionista.[1] A mais importante peça individual de propaganda de Nabuco, *O Abolicionismo*, escrito durante uma prolongada estada na Europa e publicado em 1883, foi um "livro de argumentação tranquilla", nas palavras da mais demagógica *Gazeta da Tarde*, um livro para ser estudado como um dever cívico.[2]

Descendendo, pelo lado de seu pai, de uma família política que, desde a década de 1820, fornecera constantemente representantes à legislatura nacional e, pelo lado de sua mãe, de antigas e poderosas famílias de fazendeiros de Pernambuco, Nabuco possuía vantagens muito úteis. Apesar de sua estirpe, este descendente de proprietários de escravos não era menos revolucionário do que seus associados, descendentes de escravos: Ferreira de Menezes, André Rebouças, Luiz Gama e José do Patrocínio. Sob a influência de seu pai, Nabuco juntara-se à luta quando ainda era muito jovem, traduzindo artigos abolicionistas do inglês para o português, servindo como advogado de um jovem assassino negro numa batalha legal dirigida tanto contra a escravidão quanto contra a pena de morte,[3] escrevendo um inspirado tratado abolicionista quando ainda estudante na Faculdade de Direito do Recife, ajudando seu pai no jornal liberal *A Reforma*. O brilho democrático de Joaquim Nabuco diminuiu depois da vitória do abolicionismo, mas a verdade é que, enquanto a luta durou, ele advogou mais do que apenas a liberdade para os negros. Tal como Rebouças, Patrocínio e outros abolicionistas, conforme veremos, ele combateu por reformas mais amplas, destinadas a transformar o Brasil numa nação democrática. Brilhante, possuindo dons oratórios fora do comum, socialmente bem situado, treinado na advocacia, "muito alto, bem proporcionado, a cabeça e o rosto de uma pureza de linhas esculptural, olhos magnificos, expressão a um tempo meiga e viril, nobre conjuncto de força e graça" — este era o herói de tanto destaque que despertava o receio dos senhores de escravos e dos proprietários de terras.[4]

[1] Para a descrição que o próprio Nabuco fez de sua audiência com o Papa Leão XIII em 1888 e seus resultados mistos, ver *Minha formação*, páginas 191-205. Para a omissão da Igreja Católica em adotar uma atitude antiescravatura significante, ver Toplin, "The Movement", páginas 89-92.
[2] *Gazeta da Tarde*, 25 de setembro de 1883.
[3] "A Escravidão", páginas 40-42; Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, página 11 ff.
[4] As palavras foram de Afonso Celso, Jr., citadas por Duque-Estrada, *A abolição*, página 281. O jornal *El Demócrata*, de Madri, disse a respeito de Nabuco, quando visitou essa capital, em 1881: "Sua eloqüência é destacada por dons naturais. Uma figura imponente, uma expressão simpática,

Os antecedentes de José do Patrocínio eram muito diferentes, mas ele, tal como Nabuco, também foi influenciado por um pai talentoso. Filho de um padre e fazendeiro dono de escravos, o Padre João Carlos Monteiro,[5] e de uma preta, vendedora de frutas, Justina Maria do Espírito Santo, José do Patrocínio nasceu em 1853 na casa de seu pai, em Campos dos Goitacazes, na região das plantações de açúcar na parte leste da província do Rio de Janeiro. Educado no vicariato de Campos e numa fazenda das proximidades, deixou a casa de seus pais quando ainda rapaz, em 1868, para servir como aprendiz no Hospital da Misericórdia do Rio de Janeiro e, finalmente, entrou para a Faculdade de Medicina como estudante de farmácia. Tendo completado seu curso, mas não dispondo de dinheiro para se estabelecer na sua profissão, Patrocínio foi salvo da destituição por uma oportunidade para lecionar aos filhos de um rico proprietário de terras e edifícios, um tal Capitão Sena, tendo acabado por se casar com uma das filhas desse capitão.[6]

Patrocínio juntou-se ao pessoal de Ferreira de Araújo, na redação da *Gazeta de Notícias*, em 1877, devido principalmente ao seu talento poético, estando associado a esse jornal durante o período em que ele foi a voz pioneira do abolicionismo. Já famoso com apenas vinte e oito anos de idade, deixou o jornal em 1881 em protesto contra suas opiniões crescentemente conservadoras,[7] mas depressa adquiriu um jornal para si próprio, como um presente de seu sogro, o Capitão Sena. Esse jornal era a *Gazeta da Tarde*, um diário do Rio que, sob a direção de Ferreira de Menezes, se transformara no mais independente e eficaz jornal abolicionista da cidade, praticamente o único jornal abolicionista quando da morte de seu editor em 1881.

Ninguém era melhor qualificado do que Patrocínio para dirigir a *Gazeta da Tarde* depois da morte de Ferreira de Menezes. Um intenso e eficaz orador nas reuniões abolicionistas, autor de milhares

uma boa voz e a frescura da juventude permitem-lhe imediatamente chamar a atenção de todos seus ouvintes quando descreve a condição da escravidão com todo o entusiasmo de um filantropo e a serenidade de um estadista." Citado por *Rio News*, 5 de abril de 1881.
[5] Para um esboço biográfico do pai de Patrocínio, ver Moraes, *A campanha abolicionista*, páginas 377-382.
[6] Ver o sumário que o próprio Patrocínio fez de sua vida, na *Gazeta da Tarde*, 29 de maio de 1884, reproduzido *in* Moraes, *A campanha abolicionista*, páginas 361-363. Para uma descrição mais completa da vida de Patrocínio durante estes anos, ver Osvaldo Orico, *O tigre da abolição* (Rio de Janeiro, 1956), páginas 21-73.
[7] Ver *Gazeta da Tarde*, 25 de agosto de 1881.

de palavras sobre a questão da escravatura, Patrocínio possuía a reputação de ser um reformista incondicional. Influenciado pelas obras de Pierre Proudhon, adotara o grito de guerra "A Escravidão é um roubo!", tendo continuado a agir até 1888 como se acreditasse verdadeiramente nesse aforismo. Com olhos salientes, barba e bigode esparsos, rosto e corpo amplos, cabelo castanho desgrenhado e uma pele que foi descrita como da cor de um charuto de Havana maduro, Patrocínio, nas palavras de Nabuco, era "a expressão de sua época". [8] Emotivo, tenso, teatral, romântico, ele alcançava seus públicos, tanto em pessoa quanto através da imprensa, com um humor áspero e poderosos apelos emocionais. "Sua grande força era a emoção", escreveu Carolina Nabuco. Era ela que lhe inspirava grandes efeitos, como o de se atirar aos pés da Princesa Imperial num ímpeto irresistível de gratidão e de lhe falar soluçando. Não pronunciava seus discursos. Representava-os com um poder dramatico extraordinario e havia nêles um ardor comunicativo, uma espontaneidade vibrante, que lhes encobria o lado cabotino." [9]

José do Patrocínio e Ferreira de Menezes não foram os únicos descendentes de escravos que emergiram como líderes. Um dos mais admiráveis deles foi André Rebouças, um magro, escuro e sobriamente vestido engenheiro e professor de botânica, cálculo e geometria na Escola Politécnica, escritor e analista conhecedor dos problemas sociais e econômicos da nação. [10] Não contando com dons oratórios ou a vontade de falar em público, Rebouças era eficaz através da imprensa ou em conversas com os homens poderosos do seu tempo, com Nabuco, o Senador Dantas, Taunay, o romancista e imigracionista, Patrocínio e, particularmente, o Imperador e sua filha, a Princesa Isabel. [11] Rebouças era um colaborador da *Gazeta*

[8] Moraes, *A campanha abolicionista*, página 382; Nabuco, *Minha formação*, páginas 178-179.
[9] Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, página 145. Apesar de atuar melhor ante um público, José do Patrocinio também podia exibir um humor irônico nos seus artigos. Confrontado no auge de sua carreira por uma carta anônima, não selada, endereçada agressivamente ao "capataz da fazenda dos Pobres-de-Espírito, o preto e jornaleiro (jornaleiro, em vez de jornalista) José do Patrocínio," ele reconheceu na sua coluna, "Semana Politica", o direito do correspondente anônimo a chamar-lhe preto, branco ou "qualquer coisa que lhe venha à cabeça." Patrocínio queixou-se, no entanto, da extorsão financeira representada pelo custo dos selos, que ele tivera de pagar. "Sou um preto, mas já não escravo. Sou livre e, como tal, não sou obrigado a trabalhar para as fantasias desse cavalheiro anônimo." *Gazeta da Tarde*, 27 de setembro de 1884.
[10] Veríssimo, *André Rebouças*, página 82; *Agricultura nacional*.
[11] Ver seu *Diário e notas*.

da Tarde, um co-fundador da Sociedade Brasileira contra a Escravidão e co-autor, com Patrocínio, do muito fortemente fraseado Manifesto da Confederação Abolicionista de 1883. Sendo um constante participante na luta, um organizador de clubes e associações, um contribuinte financeiro e um "propagandista por toda a parte," [12] Rebouças não descansou depois de os escravos terem sido libertados. Com essa realização já no passado, receava a ressurgência de uma reação e, assim, serviu-se de sua reputação e influência em apoio da Democracia Rural Brasileira, a continuação da revolução abolicionista para sua "conclusão lógica". [13] "Rebouças encarnava melhor do que qualquer um de nós," escreveu Nabuco anos mais tarde, "o espirito anti-escravagista: o espirito inteiro, sistemático, absoluto..." [14]

Havia pelo menos um dos principais abolicionistas que conhecera a experiência da escravidão ilegal. Este era Luiz Gama, um homem com um passado ainda mais estranho do que o de Patrocínio. O pai de Gama era um membro de rica família portuguesa da Bahia, amando os cavalos, a caça e a pesca. Sua mãe era uma africana livre e rebelde da Costa de Mina, a bonita "pagã" Luiza Mahen, uma vendedora de legumes e frutas, tal como a mãe de Patrocínio, que foi acusada de envolvimento num complô revolucionário na Bahia e exilada em 1837, supostamente para o Rio, embora seu verdadeiro destino talvez tenha sido a África ocidental.

Gama nasceu livre em 1830, mas três anos depois do desaparecimento de sua mãe, seu pai vendeu-o como escravo, em resultado de seu súbito empobrecimento. Enviado para o Rio e, depois, para Santos, Gama subiu a íngreme Serra do Mar, descalço e faminto, acompanhado por outros cem como ele. Foi empregado como servo em São Paulo, onde aprendeu a ler com a ajuda de um estudante; mas depressa fugiu da casa de seu senhor, consciente da ilegalidade de sua escravidão em virtude de ser filho de uma mulher livre. [15] Luiz Gama, depois de sua fuga, passou seis anos na milícia, mas, em 1854, estava de novo na cidade de São Paulo, onde trabalhou como secretário e, mais tarde, fez uma carreira como jornalista, poeta, sátiro, advogado e, também, como um dos primeiros abolicionistas, juntamente com os dinâmicos estudantes da Academia de Direito,

[12] André Rebouças, "Abolição da Miséria", *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1888; Veríssimo, *André Rebouças*, páginas 192-193, 200-203.
[13] *Ibid.*, páginas 209-211.
[14] Nabuco, *Minha formação*, páginas 172-173.
[15] Ver a obituária de Luiz Gama na *Gazeta da Tarde*, 25 de agosto de 1882.

Rui Barbosa, Castro Alves e Joaquim Nabuco.[16] Como advogado, a especialidade de Gama era a libertação de pessoas cativas, como ele estivera, numa escravidão ilegal, particularmente africanos conservados como escravos em violação da lei de 7 de novembro de 1831. Em 1880, não muito antes de sua morte, o antigo escravo, então já o líder não contestado do movimento antiescravatura em São Paulo, já colaborara, segundo foi afirmado, na libertação de mais de mil pessoas e ainda continuava usando seus talentos nos tribunais provinciais para estabelecer o princípio de que todos os africanos com menos de sessenta e dois anos eram livres.[17]

Entre os outros abolicionistas que alcançaram fama nacional está incluído o paulista Antônio Bento, um rebelde bem nascido e homem de Deus que criou "uma ordem religiosa sob a invocação de Nossa Senhora dos Remédios e fez do culto um meio de propaganda abolicionista."[18] Editor de *A Redempção*, um jornal abolicionista de São Paulo, produzido muito rudimentarmente, Bento era o líder dos "caiphazes" radicais, ativistas insatisfeitos com os resultados da propaganda e que, em 1886 e 1887, foram para as fazendas a fim de desenraizar a escravidão nas suas fortalezas e de desmoronar abruptamente o sistema.[19]

Os abolicionistas incluíam os líderes do Positivismo religioso, Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, que defendiam a causa em panfletos e cartas, influenciando uns poucos escolhidos, mas poderosos.[20] Incluíam, também, Rui Barbosa, ativo como estudante em 1869 e emergindo de novo em 1884 como um dos mais dinâmicos e eficazes líderes na imprensa, na Assembléia Geral e ante o público. Sendo um homem pequeno e magro, com um bigode escuro e um queixo fraco — de aparência inofensiva — Rui Barbosa podia transformar-se num dínamo numa conferência abolicionista, capaz de levar o seu público a lágrimas ou a risos com uma só frase.

Os líderes do movimento na área do Rio incluíam João Clapp, um descendente de norte-americanos — comerciante e proprietário de Clapp & Filhos, uma loja de porcelanas na Rua dos Ourives, que se especializava em objetos de porcelana, de vidro e serviços de chá. Um constante participante nas reuniões e co-fundador da Confederação Abolicionista em 1883, Clapp também era o diretor e um dos professores de uma escola noturna em Niterói mantida pelo Club dos Libertos dessa cidade para educação de escravos libertados recentemente.[21]

[16] Morse, *From Community to Metropolis*, páginas 146-147.
[17] *Gazeta da Tarde*, 15 de dezembro de 1880; Antonio Manoel Bueno de Andrada, "A abolição em São Paulo", *Revista do Arquivo Municipal*, LXXVII (junho-julho de 1941), 262-265.
[18] *Cidade do Rio*, Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1888.
[19] Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, páginas 429-431.
[20] Ver Lemos, *O Pozitivismo e a escravidão moderna;* Miguel Lemos e R. Teixeira Mendes, *A liberdade espiritual e a organização do trabalho. Considerações histórico-filosóficas sobre o movimento abolicionista* (2.ª edição; Rio de Janeiro, 1902). Ver também João Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil* (Rio de Janeiro, 1956), páginas 175-179.

O número de abolicionistas no Parlamento viria a aumentar ao longo dos anos, mas, em 1880, já havia pelo menos uma dúzia na Câmara dos Deputados que eram simpatizantes e muitos mais no Senado. Os abolicionistas da Câmara incluíam José Mariano, editor de *A Provincia*, um jornal antiescravatura estabelecido em Pernambuco em 1872, e principal líder do movimento em Recife na década de 1880; Joaquim Serra, jornalista e escritor do Maranhão, que trabalhara com os Nabucos em *A Reforma* em 1869 e que veio a ser um dos mais prolíficos escritores antiescravatura.[22] Incluíam, ainda, Joaquim Saldanha Marinho do Amazonas, Grande Mestre da Loja Maçônica, um líder republicano já em 1870 e ativista político depois da queda do Império,[23] Marcolino de Moura, da Bahia, autor de incisivos discursos contra a escravatura na Câmara, em 1880, e Jeronymo Sodré, da mesma província, o homem que iniciara, alegadamente, a década abolicionista com sua denúncia da Lei Rio Branco em março de 1879.

OS OBJETIVOS DO ABOLICIONISMO

As METAS dos principais líderes do movimento eram mais amplas no seu alcance do que as adotadas gradualmente, durante a década de 1880, por uma grande parte do público brasileiro informado. O "abolicionismo" da maioria, particularmente daqueles que haviam sido convertidos nos anos culminantes da luta, limitava-se, de um modo geral, a uma aceitação da necessidade da libertação e a uma

[21] Para um anúncio da mercadoria dessa loja, ver *Novidades*, Rio de Janeiro, 17 de março de 1887. Para as atividades abolicionistas de Clapp, ver *Gazeta da Tarde*, 17 de abril de 1883.
[22] Nabuco, *Minha formação*, página 177.
[23] Ver George C. A. Boehrer, *Da monarchia à republica* (Rio de Janeiro, sem data), página 172; Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, página 183; José Maria Bello, *História da Republica, 1889-1954* (São Paulo, 1969), páginas 68, 134.

esperança de que o fim da escravatura trouxesse alguns benefícios imediatos para a totalidade da nação. A abolição, pensava-se, além de libertar centenas de milhares de pessoas de um cativeiro injusto, estimularia a imigração européia, promoveria a indústria e a agricultura e elevaria o caráter moral da nação, há tanto tempo corrompido pelas influências nocivas dos dependentes pretos servis. A escravidão, segundo esta visão, freqüentemente divulgada pela imprensa abolicionista, era irracional e maligna, uma sobrevivência do colonialismo português, não patriótica, um obstáculo ao auto-respeito nacional, rejeitada pela comunidade internacional, incompatível com a lei e os direitos naturais.

A maioria dos brasileiros, contudo, até mesmo os idealistas sinceros cujas convicções antiescravatura eram afirmadas fortemente, pouco pensavam, provavelmente, no tipo de sociedade que haveria depois da escravidão ser derrotada. A necessidade de realizar novas reformas ou de preparar os antigos escravos para a cidadania talvez não fosse auto-evidente numa sociedade em que se esperava que os antigos cativos continuassem trabalhando nas terras de seus antigos senhores, onde a educação sempre fora reservada a poucos e onde até a Constituição restringia a participação política a uma pequena minoria. Num tal ambiente, não seria razoável esperar uma adoção generalizada de objetivos com a intenção de criar um sistema igualitário. A abolição era, de fato, uma revolução "branca", para usar o termo de Octavio Ianni, um movimento político que não tinha a intenção, no que se referia à maioria de seus seguidores, de transformar escravos em cidadãos, mas sim limitado à substituição da escravatura por um sistema de trabalho livre. [24]

Todavia, para pelo menos alguns dos abolicionistas, a ideologia do abolicionismo englobava muito mais do que a emancipação dos escravos. Os seus mais preeminentes líderes, na sua maioria, identificavam sua causa com uma ampla série de metas reformistas, as quais, juntas, eram puramente revolucionárias. A emancipação, só por si, argumentaram os abolicionistas em muitas ocasiões, não solucionaria os problemas da nação. [25] A abolição teria precedência sobre as outras reformas, conforme Nabuco afirmou, mas outras mudanças sociais teriam de ser tentadas uma vez que esse passo fundamental fosse dado. A escravidão significava mais do que a relação entre o senhor e a sua propriedade humana, escreveu Nabuco em

[24] Ianni, *As metamorfoses do escravo*, página 235; Bastide e Fernandes, *Brancos e negros*, páginas 133-136.
[25] Ver Lemos, *O Pozitivismo e a escravidão moderna*, página 28.

O Abolicionismo. "A escravidão" era "a somma do poderio, influencia, capital e clientela dos senhores todos; o feudalismo estabelecido no interior; a dependencia em que o commercio, a religião, a pobreza, a industria, o Parlamento, a Corôa, o Estado enfim, se acham perante o poder aggregado da minoria aristocratica em cujas senzalas centenas de milhares de entes humanos vivem embrutecidos e moralmente mutilados pelo proprio regimen a que estão sujeitos..." Os objetivos do abolicionismo não se limitavam à libertação dos escravos. O abolicionismo era mais uma luta constante contra o poder da classe dos proprietários e todos os efeitos prejudiciais, "a desmoralização, inercia, servilismo e irresponsabilidade", de três séculos de escravatura. "A empresa de annullar essas influencias é superior, por certo," escreveu Nabuco, "aos esforços de uma só geração, mas, em quanto essa obra não estiver concluida, o Abolicionismo terá sempre razão de ser... A lucta entre o Abolicionismo e a Escravidão é de hontem, mas ha de prolongar-se muito..." [26]

Nabuco esboçou os objetivos gerais do movimento no prefácio a essa sua obra. Escrito em 1883, durante uma prolongada residência em Londres, seu livro *O Abolicionismo* tencionava ser o primeiro de uma série de estudos para promover um grupo de causas correlatas: a abolição da escravatura, a descentralização administrativa, a igualdade religiosa, representação política mais ampla, imigração européia, relações estrangeiras melhores e reformas econômicas e financeiras. [27] Os abolicionistas radicais, como Nabuco, André Rebouças, José do Patrocínio, Antônio Bento, Rui Barbosa, Senador Dantas e outros, esperavam que a extensão da educação a todas as classes, a participação política em massa e uma ampliação de oportunidades econômicas para milhões de negros e mulatos e outros setores menos privilegiados da sociedade brasileira viessem a permitir que estes grupos assumissem um lugar de igualdade numa nação mais homogênea e próspera. [28] O fato disto não ter ocorrido não foi culpa dos líderes do abolicionismo, que se recusaram a desbandar a Confederação Abolicionista depois de seu principal objetivo ter sido alcan-

[26] *O Abolicionismo*, páginas vii, 4-7.
[27] *Ibid.*, página vii. Nabuco tencionava lidar ele próprio com essas duas últimas questões, mas pedira a Sancho de Barros Pimentel, um antigo deputado de Sergipe e presidente do Ceará, que escrevesse uma das obras sobre a reforma política; esperava, também, que Rui Barbosa escrevesse o livro sobre a liberdade religiosa e que Rodolfo Dantas fosse o autor de uma obra sobre a educação. Ver Nabuco, *Cartas a amigos*, I, 103-104.
[28] Fernandes, *A integração do negro*, I, 44-45. Nabuco, *O Abolicionismo*, páginas 19, 204.

çado em 1888, tendo mantido a organização como um centro para a promoção de novas reformas. Foi o resultado, sim, de uma poderosa reação dos antigos proprietários de escravos nos meses que se seguiram à abolição, da dispersão do movimento de reforma radical depois da queda do Império em 1889 e da reconsolidação, nos anos seguintes, de disposições tradicionais e da conservação de grande parte do espírito e da organização do antigo regime.

Muitas vezes, contudo, durante os anos de agitação, os abolicionistas incitavam o progresso e a democratização de seu país e a educação, então, tinha um lugar de destaque no rol das necessidades. "Emancipar e instruir," escreveu Tavares Bastos em 1870, num apelo pela educação popular, "são duas operações intimamente ligadas." [29] André Rebouças ansiava pelo dia em que não houvesse uma só aldeia no Brasil sem escola. Era indispensável, argumentou ele, "ensinar a ler e escrever e dar um officio a todos os cidadãos brasileiros." [30] O primeiro projeto de lei contra a escravatura apresentado por Nabuco, em 1880, continha uma provisão para o estabelecimento de classes primárias em todas as cidades e aldeias do Império para a educação de escravos. [31] Rui Barbosa escreveu um estudo maciço sobre a educação primária brasileira, *Reforma do ensino primário,* publicado em 1883, que condenava o baixo nível do ensino brasileiro, pedia a criação de um Ministério de Educação Pública, a freqüência escolar obrigatória e um sistema de instrução pública independente da Igreja Católica. [32] Até mesmo depois da abolição da escravatura, a ala reformista do Partido Liberal e o último gabinete do Império, ainda sob a influência do fervor abolicionista, aspirava criar um sistema educacional melhor e livre, a ampliar o voto eleitoral, a estabelecer autonomia provincial e liberdade religiosa e até a promover legislação que facilitasse a aquisição de terras, um programa que englobava a maioria das reformas que Nabuco mencionou no prefácio de *O Abolicionismo.* [33]

Além do fim da escravatura, a causa que os abolicionistas defendiam, provavelmente, de um modo mais entusiástico, particularmente depois de 13 de maio de 1888, foi "a democratização do solo". Este lema implicava o desmantelamento de grandes propriedades agrícolas e a criação de pequenas fazendas onde os imigrantes, os brasileiros pobres e os escravos libertados pudessem encontrar alguma independência e prosperidade econômica e social. O fato desta idéia emergir no Brasil era inevitável, dada a realidade do sistema tradicional de propriedade de terras, e, na realidade, os pedidos por uma reforma agrária já haviam sido escutados muito antes da década de 1880. [34]

Na sua notável "Representação à Assembléia Geral" de 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva já propusera que todos os homens livres de cor, sem meios para ganhar a vida, recebessem do estado "uma pequena sesmaria de terra para cultivarem", bem como auxílio do governo para se estabelecerem nessas pequenas propriedades. [35] A grande propriedade, escreveu A. P. Figueiredo, de Pernambuco, em 1847, era uma barreira à prosperidade, à imigração, à emergência de uma classe média e ao funcionamento de um governo constitucional na sua província; assim, recomendava um imposto sobre o solo para encorajar sua distribuição por uma população empobrecida e em expansão. [36] Em 1861, Tavares Bastos publicou *Os males do presente e as esperanças do futuro,* obra essa em que ele propôs toda uma série de reformas que os abolicionistas e os liberais adotaram como suas nos anos da década de 1880. [37] Em 1866, o mesmo deputado de Alagoas introduziu legislação na Câmara no sentido de libertar escravos pertencentes ao governo brasileiro e de conceder-lhes terras, equipamento e gado; depois, em 1870, pediu um imposto sobre as propriedades para promover a educação popular e a venda e distribuição de terras que não estavam sendo usadas. "Só o imposto territorial e a prévia desapropriação de áreas incultas, à margem dos futuros caminhos de ferro," escreveu ele, "podem resolver a enorme difficuldade que legou-nos a imprevidente politica das prodigalisadas doações de sesmarias." [38]

[29] Tavares Bastos, *A Provincia,* páginas 256-261.
[30] Rebouças, *Agricultura nacional,* páginas 300, 375.
[31] *O Abolicionista,* 1 de janeiro e 1 de fevereiro de 1881.
[32] Ver Rui Barbosa, *Reforma do ensino primário: Parecer e projeto* (Rio de Janeiro, 1883); Barbosa, *Obras Completas,* Vol. X.
[33] *Annaes da Camara* (1889), I, 142.

[34] José Artur Rios, "The Development of Interest in Agrarian Reform in Brazil", *in* T. Lynn Smith (ed.), *Agrarian Reform in Latin America* (Nova York, 1967), páginas 95-99. Quanto ao sistema agrário no Brasil, ver Smith, *Brazil,* páginas 257-356.
[35] Andrada e Silva, "Representação", páginas 53-54, 58.
[36] A. P. Figueiredo, "The Need for Agrarian Reform in Brazil (1847)", *in* Smith, *Agrarian Reform,* páginas 67-72.
[37] A. C. Tavares Bastos, *Os males do presente e as esperanças do futuro* (São Paulo, 1939), páginas 25-53. Ver também sua "Memoria sobre immigração" de 1867, *ibid.,* páginas 55-127, na qual ele argumentou as vantagens da abolição, da descentralização política, de um sistema legal melhor, de vias de comunicação mais eficazes, da igualdade religiosa e da "subdivisão da grande propriedade."
[38] Godoy, *O elemento servil,* página 479; Tavares Bastos, *A Provincia,* páginas 327-332.

Durante os anos abolicionistas, a reforma agrária foi proposta freqüente e urgentemente. Até mesmo antes do abolicionismo, André Rebouças escreveu uma série de artigos para apresentar a causa da "democracia rural". Segundo o plano de Rebouças, os grandes proprietários de terras venderiam ou alugariam lotes de terras de vinte hectares a libertos, imigrantes e lavradores, conservando o centro de suas propriedades como a localização de um engenho ou de uma usina de processamento. As tradicionais safras de exportação continuariam sendo cultivadas nas propriedades menores e, depois das colheitas, o produto seria entregue por um preço justo aos antigos proprietários, já então industriais rurais, cujos engenhos no campo preparariam as safras para consumo final. Antes da sua exportação, o café, o açúcar, o fumo e o cacau seriam processados em extrato de café ou pó, açúcar refinado, têxteis, cigarros e chocolate, assegurando, assim, um lucro máximo para os fazendeiros e fabricantes brasileiros. Cada *engenho central*, segundo este plano, teria sua própria escola, onde as crianças receberiam educação técnica e industrial. Cada propriedade independente seria suficientemente grande para permitir a rotatividade de safras e para proporcionar pastos e florestas. [39]

Semelhantes às modernas usinas, estabelecidas nas regiões produtoras de açúcar do Brasil, depois da abolição da escravatura, os engenhos centrais de Rebouças teriam sido muito diferentes das modernas plantações brasileiras tanto em propósito quanto em organização. Segundo seu plano, haveria uma divisão das terras em pequenos lotes, em vez da consolidação de fazendas de açúcar de propriedade familiar em gigantescas plantações controladas por corporações. Rebouças previa fazendeiros independentes e industriosos no controle das terras, em vez de pessoal contratado, meeiros, trabalhadores migrantes, posseiros e rendeiros, agora empregados nas grandes propriedades ou subsistindo nelas. [40]

O plano de Rebouças para uma "democracia rural" foi defendido, antes de 1880, pelo menos por outro autor. O Visconde Beaurepaire Rohan, um amigo e associado de Rebouças, escreveu, em 1878, num relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, que "O retalhamento da grande propriedade territorial é com effeito uma condição indispensavel ao desenvolvimento da nossa lavoura e muito mais quando estiver de todo extincta a escravidão." A solução para os problemas da agricultura, escreveu ele, estava no esta-

[39] Rebouças, *Agricultura nacional*, páginas 1-7, 111-112, 120, 267-332.
[40] Smith, *Brazil*, páginas 345-351.

belecimento de "fábricas centrais" em terras conservadas pelos grandes proprietários depois da divisão da maior parte de suas terras em pequenas propriedades. A área central serviria como um centro de processamento e como um núcleo de população, com uma escola, uma igreja, lojas e "tudo o mais que pudesse tornar commoda a vida dos lavradores." [41]

Com o início da era abolicionista, a reforma agrária foi pedida freqüentemente na imprensa e até em reuniões públicas. [42] O projeto de reforma da escravidão de Nabuco, apresentado em 1880, incluía uma provisão para reservar terras para colônias de libertos e o primeiro número de seu mensário antiescravatura, *O Abolicionista,* denunciou o latifúndio. Em dezembro de 1880, a *Gazeta da Tarde* publicou uma série de artigos não assinados, escritos por André Rebouças, que denunciavam o "latifúndio, barões feudaes, *landlords* e *Landocracia,*" exigindo o estabelecimento de "democracia rural", engenhos centrais e pequenas propriedades agrícolas. Os artigos de Rebouças exigiam também a libertação de um milhão e meio de "irmãos", uma distribuição de terras pelos antigos escravos, um imposto territorial e leis para encorajar a venda e subdivisão das "enormes propriedades territoriais dos nefandos e fatalissimos *landocraticos* deste Império." [43]

À medida que a década abolicionista progredia, a reforma do sistema agrário continuava sendo associada ao movimento de libertação. A sociedade abolicionista refundada na Escola Polytechnica no Rio, em 1883, onde André Rebouças trabalhava como professor, pediu um imposto sobre as terras incultas localizadas dentro de um raio de vinte quilômetros de linhas de comunicação, evidentemente com o fim de apressar a venda e distribuição de grandes estados. [44] O Projeto Dantas de 1884, um importante projeto de reforma para a libertação de escravos que completassem sessenta anos de idade, estipulava que os libertos viriam, eventualmente, a serem donos das terras em que trabalhassem. [45] No mesmo ano, num apelo aos eleitores de Recife, Nabuco associou o estabelecimento da pequena propriedade com os objetivos do abolicionismo. Esse movimento, disse

[41] Beaurepaire Rohan, *O futuro da grande lavoura,* páginas 10-11.
[42] *Gazeta da Tarde,* 6 de setembro de 1880; *Associação Central Emancipadora. Boletim N.° 2, 28 de Outubro de 1880.*
[43] *O Abolicionista,* 1 de novembro de 1880; Rebouças, *Diário e notas,* páginas 291-292; *Gazeta da Tarde,* 3, 4, 7, 8, 9, 10 e 11 de dezembro de 1880.
[44] *Rio News,* 15 de agosto de 1887. Para outro pedido da "pequena propriedade, da fazenda democrática", ver *O Cruzeiro,* 15 de março de 1883.
[45] *Obras Completas de Rui Barbosa,* Vol. XI, Tomo I, páginas 300-301.

Nabuco, assinalava "o começo da propriedade do lavrador". Os abolicionistas, afirmou ele, estavam lutando para dar aos pobres rurais "uma independência honesta, algumas braças de terra, que eles possam cultivar como próprias, protegidos por leis executadas por uma legislatura independente e dentro das quais tenham um reduto tão inexpugnável para a honra das suas filhas e a dignidade do seu caráter como qualquer senhor de engenho." Não havia "outra solução possível para o mal chronico e profundo do povo," disse ele ao eleitorado do Recife, "senão uma lei agraria que estabeleça a pequena propriedade." A solução para a pobreza brasileira, acreditava ele, era "a democratização do solo." [46]

Essa mesma frase — democratização do solo — viria a ser ouvida de novo nos meses que se seguiram à abolição, quando os principais liberais e abolicionistas promoveram esta nova reforma como a "conseqüência lógica" da lei de 13 de maio de 1888. Dois meses apenas após a abolição, o senador conservador Leão Veloso acusou os abolicionistas de manifestarem repetidamente a opinião de que era "necessário acabar com o feudalismo territorial para estabelecer a democracia agrícola" e, no mesmo debate, o Senador Dantas declarou que as pequenas propriedades viriam "pela ordem natural das cousas." [47] Dantas, na realidade, trabalhou ativamente pela reforma agrária nos meses seguintes à abolição, tanto como líder do Partido Liberal quanto como membro do Senado.

Numa reunião da Confederação Abolicionista em agosto de 1888, Dantas esboçou o programa do Partido Liberal para o futuro, o qual deveria incluir, entre outras reformas, a divisão das grandes propriedades. Apenas um mês mais tarde, o mesmo senador falou de novo na câmara superior sobre a necessidade de proporcionar terras para colonizadores, próximas de facilidades de transporte, e, outra vez, de parcelar as grandes propriedades. [48] Até mesmo o próprio Imperador, muito influenciado por Rebouças e outros membros da Confederação Abolicionista [49] e talvez pelos escritos de Tavares Bastos, favoreceu uma reforma do sistema agrário como um meio para atrair imigrantes europeus. [50] Aclamado Patriarca da Família Emancipacionista em celebrações realizadas em Petrópolis e no Rio, no primeiro aniversário da abolição da escravatura, [51] o Imperador preferiu comprometer-se, a ele e a sua filha, Princesa Isabel, com a continuação do movimento de reforma e, assim, provavelmente, apressando sua queda do poder.

46 Nabuco, *Campanha abolicionista no Recife*, páginas 10, 48-49; Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, página 433. Para outra das declarações de Nabuco sobre a questão agrária, ver seu livro *Henry George, Nacionalização do solo* (Rio de Janeiro, 1884), páginas 5-10.
47 *Annaes do Senado* (1888), III, 188-189.
48 *Rio News*, 5 de setembro de 1888; *Annaes do Senado* (1888), V, 226-227.
49 Rebouças, *Diário e notas*, páginas 328-329.
50 *Annaes da Camara* (1889), I, 16.

Os abolicionistas promoveram, então, reformas colaterais depois do dia 13 de maio de 1888, mas seu principal objetivo, até essa data, foi acabar com a escravatura. No início e durante vários anos, tentaram alcançar seu principal objetivo por métodos legais e pacíficos — por meio de propaganda e ação legislativa — e continuaram usando esses métodos até sua causa ser vitoriosa. Todavia, em 1885, não tendo conseguido obter concessões satisfatórias apenas com esses métodos e desiludidos com as soluções que os fazendeiros e o Parlamento consideravam aceitáveis, também se voltaram para métodos ilegais, "aparentemente tendo raciocinado que, se os proprietários não podiam ser convencidos a libertarem seus escravos, estes poderiam por certo, ser convencidos a abandonarem seus senhores. O abolicionismo ilegal — o incitamento para que os escravos abandonassem as fazendas e partissem para lugares de refúgio previamente determinados — não foi tentado em grande escala, contudo, até depois da resistência ao abolicionismo legal ter criado suficiente ira e frustração para conduzir os homens a esses métodos mais perigosos.

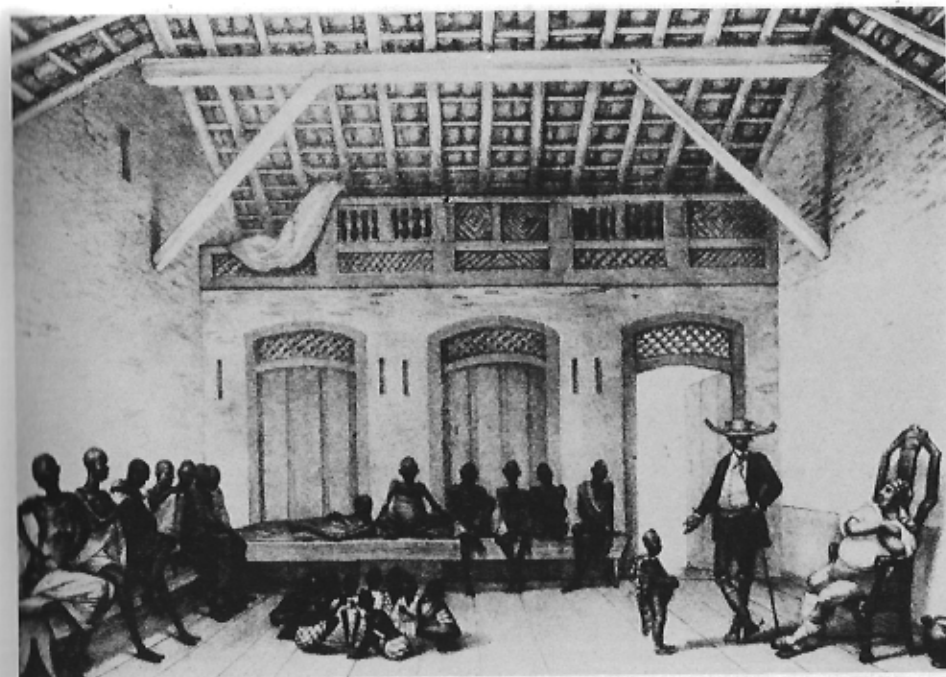
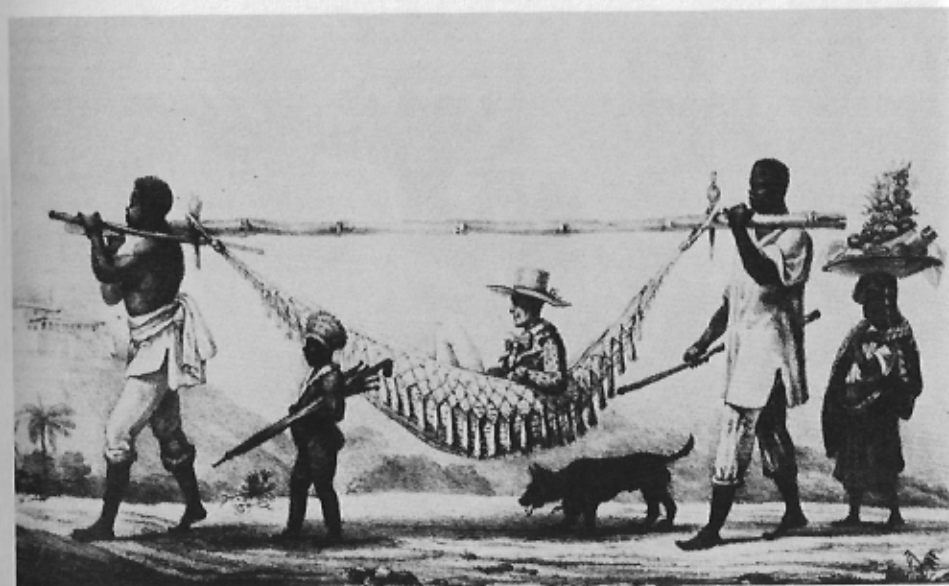
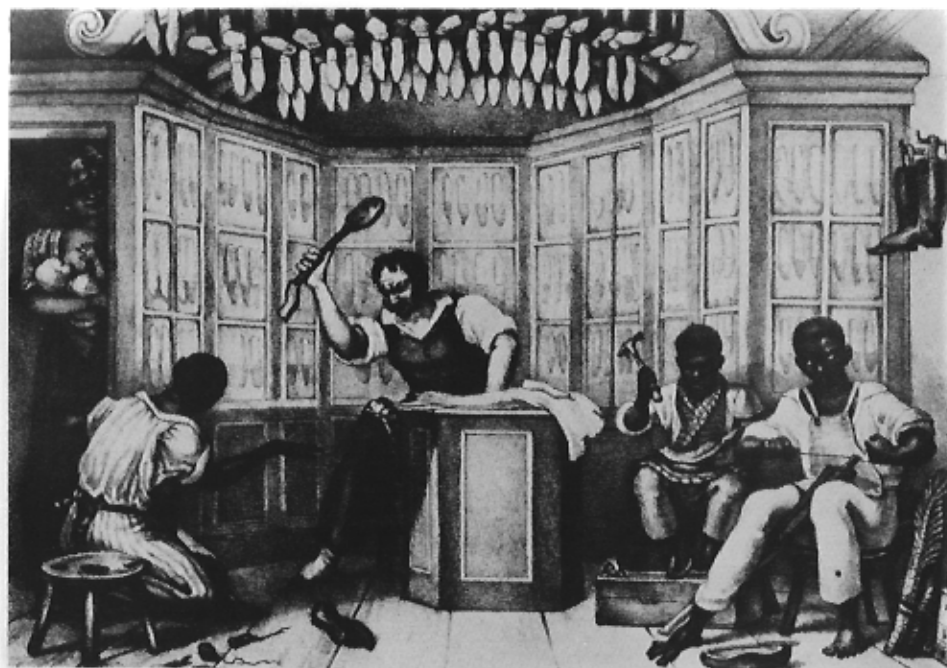
A REAÇÃO PRÓ-ESCRAVATURA

A PRIMEIRA onda abolicionista que assaltou o Rio retrocedeu no início de 1881. Todavia, durante a primeira e breve fase do movimento, os proprietários de escravos e seus representantes no Parlamento e na imprensa reagiram fortemente em defesa dos interesses ameaçados. A reação, na realidade, pareceu contar com a lealdade da maioria da população, um resultado, na opinião de Nabuco, da cumplicidade dos setores comerciais e do monopólio que os senhores dos escravos tinham do trabalho, das terras, do capital, das agências de aplicação da lei e das dependentes classes educadas. [52]

51 Rebouças, *Diário e notas*, página 335. Rebouças, que partiu com o Imperador de navio para o exílio depois da queda do Império, apelidou D. Pedro, mais tarde, de "sublime Martir da Abolição". Ver Nabuco, *Minha formação*, páginas 173-175.
52 *O Abolicionista*, 1 de janeiro de 1881.

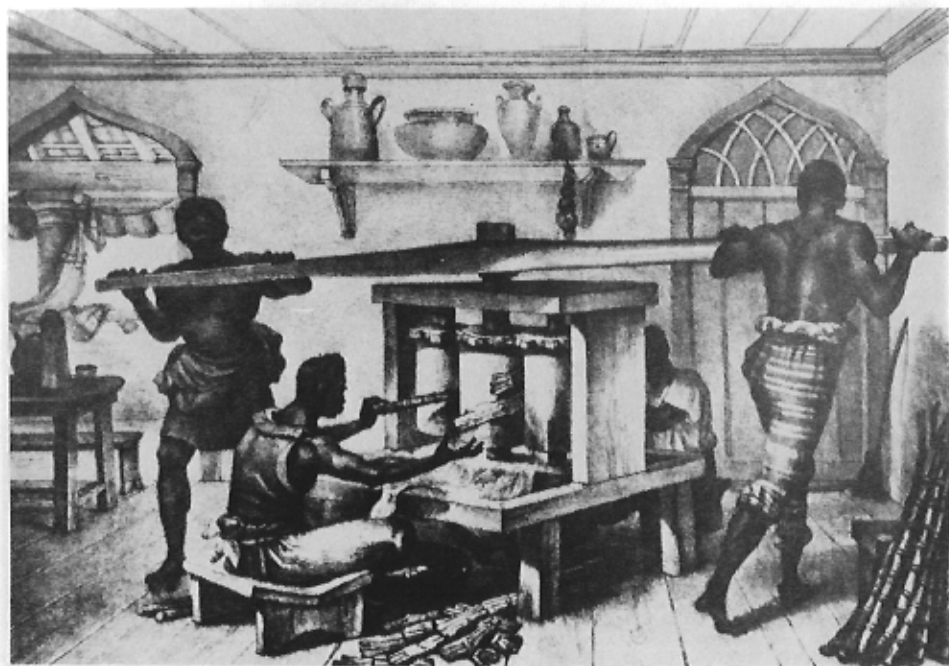
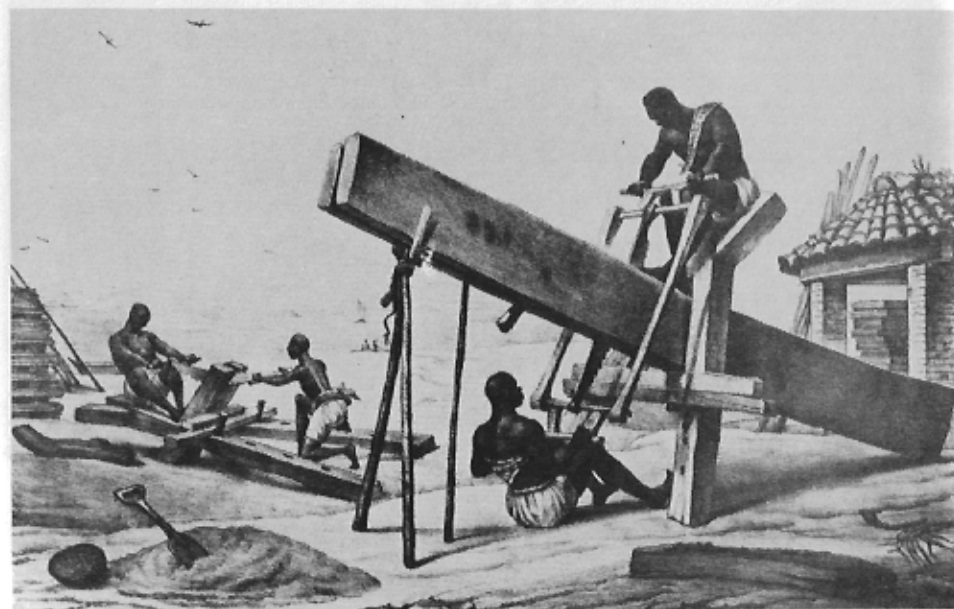
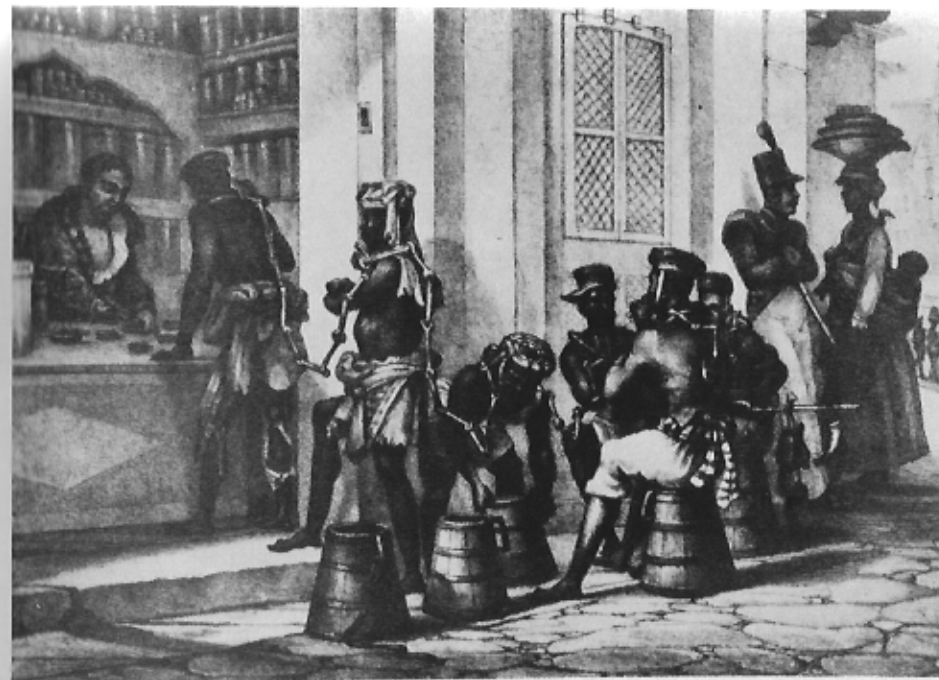
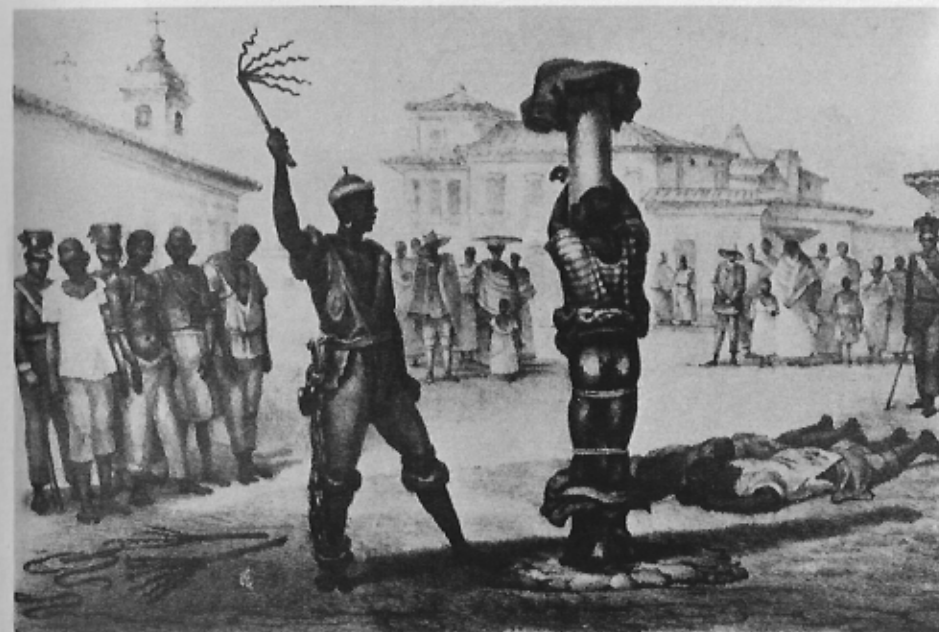
O ministério liberal do senador baiano José Antônio Saraiva, comprometido com a reforma eleitoral e um orçamento equilibrado, liderou a defesa do *status quo,* brandindo o voto livre numa das mãos, nas palavras de um crítico, e o chicote da escravidão na outra. [53] Em agosto, o Ministro da Agricultura do governo de Saraiva já apresentara sua posição com argumentos que foram usados pelos defensores da escravatura nos anos seguintes. Os brasileiros eram todos emancipadores, segundo sua lógica. Nenhum brasileiro gostava de ter escravos e só a necessidade os forçava a tal coisa. Como todos os brasileiros, o governo desejava ver o fim da escravatura, mas só promoveria esse objetivo, devido a razões sociais e econômicas, por meio da Lei Rio Branco: o pecúlio, manumissões e "pela acção da morte". Acelerados rapidamente, estes processos eliminariam a escravidão em vinte anos, pacificamente, seguramente, e sem a interferência do governo. [54]

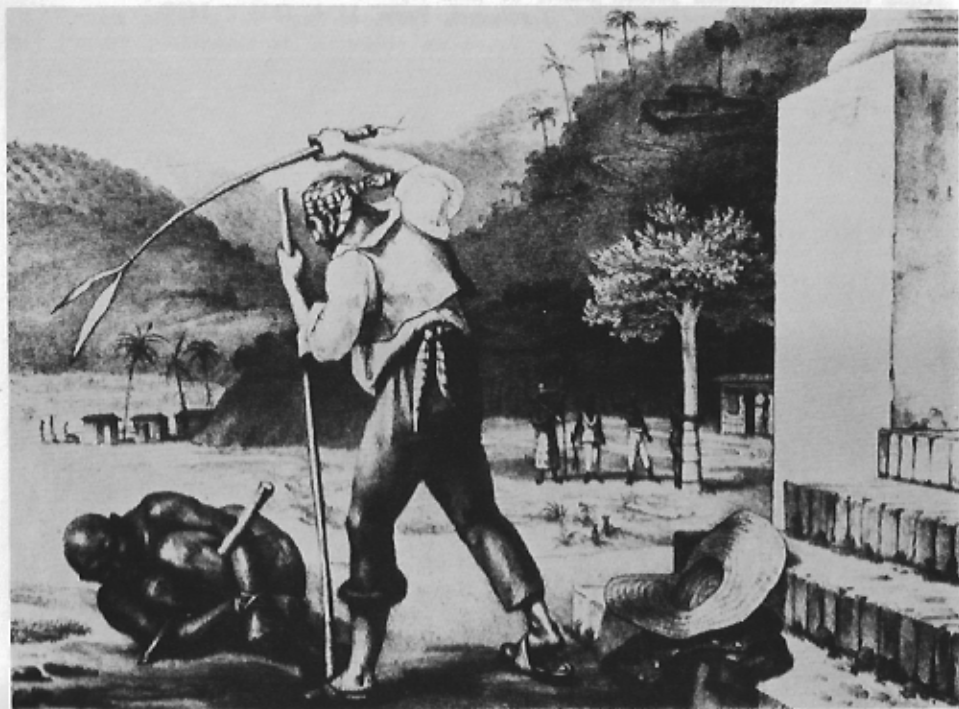
Com o ministério assim decidido a uma inação permanente na questão da escravatura, parte da imprensa iniciou uma campanha de difamação dirigida contra os principais líderes do movimento abolicionista. [55] Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, do Rio de Janeiro, que não tardaria a representar sua província na Câmara, respondeu ao projeto emancipacionista de Nabuco com uma série de artigos no *Jornal do Commercio,* acusando o "naturalmente ambicioso" jovem pernambucano de um desejo de se engrandecer "perante o juizo ephemero das multidões". [56] Segundo *O Corsário,* do Rio de Janeiro, Joaquim Nabuco escolhera o abolicionismo como um meio de ganhar fama em países estrangeiros depois de sofrer desapontamentos pessoais e políticos, incluindo seu fracasso em casar-se com uma mulher rica. [57] *O Paiz,* do Maranhão, referiu-se a Nabuco como um homem "sem a autoridade do bom senso, sem a prudência e o tino do estadista, sem a consciência sã do patriota". Nabuco, presumia esse jornal, "declama contra a escravidão por ambição de gloria, por vaidade somente, e mais para ser applaudido do estrangeiro do que por verdadeiro amor á liberdade". [58] Tal como o pró-

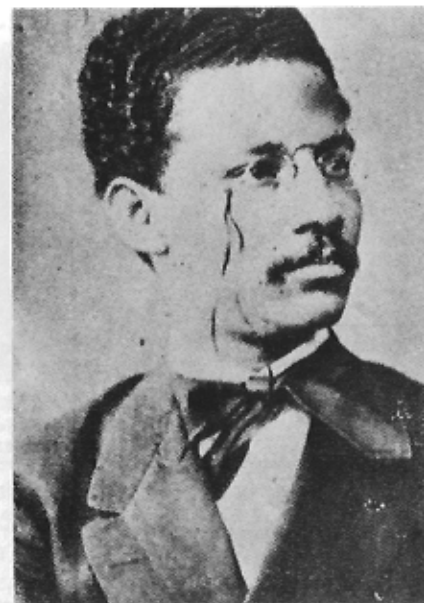
[53] *Gazeta da Tarde,* 26 de agosto de 1880.
[54] *Ibid.,* 16 de agosto de 1880.
[55] *Ibid.,* 18 de setembro de 1880.
[56] Manoel Peixoto de Lacerda Werneck, *Questão grave. Artigos a propósito do annunciado projecto do Sr. Deputado Joaquim Nabuco, fixando prazo fatal á existencia do elemento servil, publicados no Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, 1880), página 5.
[57] *O Corsário,* Rio de Janeiro, 2 de outubro e 4 de dezembro de 1880.
[58] *O Paiz,* 28 de janeiro de 1881.

1. Um mercado de escravos na Rua do Valongo, Rio de Janeiro. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil,* 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

2. O regresso de um proprietário rural à cidade. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil,* 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

3. Oficina de sapateiro. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

4. A gargalheira, um castigo para fugitivos. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

5. Carregadores negros. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

6. Escravos movendo um carro usado para transportar cargas pesadas. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

7. Prensa pequena de cana-de-açúcar numa loja do Rio de Janeiro. (J. B. Debret. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

8. Escravos serrando tábuas perto do Rio de Janeiro. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

9. Uma turma encadeada parada diante de uma loja de fumo. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

10. Uma sessão de açoite público, ocorrência diária na Praça de Sant'Ana, no Rio de Janeiro. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

11. Escravos no tronco, uma forma de castigo usada mais freqüentemente nas propriedades rurais. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil,* 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

12. Capatazes castigando escravos numa fazenda. (J. B. Debret, *Voyage pittoresque et historique au Brésil,* 3 volumes, Paris, 1834, 1835 e 1839).

13. Luiz Gama. (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro).

14. José Ferreira de Menezes. (Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis).

15. José do Patrocínio. (Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis).

16. André Rebouças. (Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis).

Anno 9 — Rio de Janeiro 1884 — N.º 376

REVISTA ILLUSTRADA

CORTE		PUBLICADA POR ANGELO AGOSTINI.	PROVINCIAS	
Anno	16$000	A correspondencia e reclamações devem ser dirigidas	Anno	20$000
Semestre	9$000	Á Rua de Gonçalves Dias, N.º 66, 1.º Andar.	Semestre	11$000
Trimestre	5$000		Avulso	$500

17. Francisco José do Nascimento, tal como retratado por Angelo Agostini na capa da *Revista Ilustrada.* "A cabeça dos jangadeiros do Ceará, Nascimento bloqueia o tráfico de escravos vendidos para o sul pela província do Ceará;" (Reginald Lloyd, ed., *Twentieth Century Impressions of Brazil,* Londres, 1913).

prio Nabuco observou mais tarde, "a escravidão procurou por todos os meios confundir-se com o paiz e na imaginação de muita gente o conseguiu. Atacar a bandeira negra é ultrajar a nacional. Denunciar o regimen das senzalas é infamar o Brasil todo".[59]

Em dezembro de 1880, o diário republicano, *A Provincia de São Paulo,* denunciou a *Gazeta da Tarde* como a "folha que, felizmente, só apparece aqui, trazida da Côrte como curiosidade", enquanto ridicularizava José do Patrocínio como "o orador de S. Luiz... suppondo-se collocado em uma atmosphera superior, não attingivel por nenhum dos mortaes deste paiz, o preclaro reformador de tudo, o omnisciente, o omnividente, o sabio, o celebre orador festejado pretende fazer curvar deante de seu genio todos os varões illustres desta nação". [60] Um aparente ataque às origens raciais foi comentado numa carta de Luiz Gama publicada dois dias mais tarde na *Gazeta da Tarde.* "Em nós, até a côr é um defeito, um vicio imperdoavel de origem, o estigma de um crime," comentou Luiz Gama. Mas os críticos esqueceram, disse ele, "que esta côr é a origem da riqueza de milhares de salteadores, que nos insultam; que esta côr convencional da escravidão, como suppõem os especuladores, á semelhança da terra, ao travez da escura superficie, encerra vulcões, onde arde o fogo sagrado da liberdade". [61]

Na Câmara dos Deputados, verificaram-se iradas reações contra os abolicionistas. Em agosto, Martinho Campos, de Minas Gerais, um dos mais ardentes membros da retaguarda parlamentar, declarou-se um escravocrata no interesse de seus escravos. [62] Em novembro, aplaudido e cumprimentado por uma horde de colegas, Campos pediu respeito pela lei e a ordem, denunciou os "socialistas" e os "reformistas modernos" que estavam subvertendo o mundo e deplorou seus supostos exageros, falsidades e apelos abertos à rebelião. "A esse grito de abolição," sugeriu ele, "respondam os fazendeiros

[59] Nabuco, *O Abolicionismo,* página 248. Nabuco foi acusado muitas vezes de falta de patriotismo e de ligações íntimas com interesses estrangeiros ou com o Imperador emancipacionista. Depois de ter regressado da Europa, em 1884, foi acusado de ter ganho reputação no estrangeiro à custa de seu país e de ser o *enfant gaté* (menino mimado) da política imperial. Ver *Manual do subdito fiel ou cartas de um lavrador a sua magestade o imperador sobre a questão do elemento servil* (Rio de Janeiro, 1884), página 51.

[60] *Provincia de São Paulo,* 1 de dezembro de 1880.

[61] *Gazeta da Tarde,* 3 de dezembro de 1880.

[62] *Ibid.,* 31 de agosto de 1880. A *Gazeta da Tarde* pensou que ele teria sido mais exato e honesto se se tivesse declarado um escravocrata no interesse de seus credores.

de revolver em punho". "Fallar em emancipação de escravos é não ver um palmo adiante do nariz", zombou o Deputado Moreira de Barros em outra ocasião. "Brincam com fogo os taes negrophilos," advertiu o Barão de Cotegipe, um defensor da escravatura até os últimos dias de sua longa vida.[63]

Os abolicionistas foram objeto de críticas devastadoras e até mesmo de abuso físico. Os repórteres da *Gazeta da Tarde* viram-se negados o direito, normal para os membros da imprensa, de presenciarem as sessões da legislatura e os números da *Gazeta* enviados para o interior eram inexplicavelmente demorados na viagem.[64] À medida que a crise aumentava nos anos seguintes e que o abolicionismo se espalhava por uma centena de cidades e distritos, com as fazendas já nem mesmo a salvo de sua influência, a violência e a hostilização iam-se tornando mais freqüentes. Os alvos mais comuns dos ataques antiabolicionistas eram as redações dos jornais reformistas, com seu dispendioso e frágil equipamento.

Tal como já sucedera em 1871, os políticos e os fazendeiros pró-escravatura institucionalizaram em 1880 sua resistência através da formação de associações agrícolas, tanto nas cidades quanto nas comunidades rurais. A mais importante destas foi o Centro da Lavoura e do Commercio, criado com o propósito anunciado de orientar a questão da escravatura para uma solução calma.[65] *O Cruzeiro*, do Rio, foi o órgão da imprensa escolhido do novo centro conservador, que se descrevia como "uma associação de lavradores, negociantes e representantes de outras classes solidarias, no intuito de defender os legitimos interesses agricolas do Brasil e occorrer á reforma da constituição actual do trabalho, sob o influxo da lei de 28 de setembro de 1871, sem alteração da segurança publica e privada, decadencia da producção nacional e outras perturbações sociaes." Os objetivos do centro, segundo sua constituição, seriam realizados nas províncias por clubes locais, enquanto, no Rio, o trabalho seria delegado a uma comissão executiva permanente com a promoção de propaganda pela imprensa, petições ao governo e contatos com clubes locais.[66] Mais eficaz do que o Club da Lavoura de 1871,

[63] *Annaes da Camara* (1880), VI, 259; *Gazeta da Tarde*, 25 de setembro de 1880.
[64] *Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1880: 22 de fevereiro e 7 de novembro de 1881: 22 de setembro de 1882; 4 de junho de 1883; *Rio News*, 5 de junho de 1883.
[65] *Gazeta da Tarde*, 15 de novembro de 1880.
[66] "Bases organicas do Centro da Lavoura e do Commercio," *ibid.*, 10 de dezembro de 1880.

o Centro depressa contou com sucursais regionais em dúzias de comunidades nas três principais províncias do café e mais algumas no norte e, em 1884, já era suficientemente poderoso para convocar uma vasta reunião dos representantes provinciais na capital.[67] Intimamente ligado à Associação Commercial do Rio de Janeiro por opiniões semelhantes e por grande número de membros comuns, o Centro agiu como um poderoso grupo de pressão dedicado a combater os abolicionistas e a impedir mais medidas legislativas em favor da libertação dos escravos.[68]

Nem todas as organizações dos fazendeiros se opunham sem reservas à mudança, embora o Club da Lavoura e do Commercio paulista, de Campinas, com sua extraordinária concentração de escravos (ver Tabela 16), fosse considerado um bom exemplo da maioria que se opunha ao abolicionismo sem quaisquer reservas. Segundo os abolicionistas, havia uma segunda classe de clubes agrícolas constituídos por "fazendeiros cordatos e progressistas" que só pediam tempo e meios para efetuar uma transição para o trabalho livre. Um dos mais representativos desta classe mais progressista era o clube do município de Pindamonhangaba em São Paulo, localizado não no norte ou oeste da província, mas sim no Vale do Paraíba. Em 1880, o clube dos fazendeiros dessa comunidade anunciou sua intenção de estudar os meios práticos de levar trabalhadores livres para a região e de tomar outras medidas para a inevitável abolição da escravatura.[69]

Os argumentos pró-escravatura de 1880 eram muito semelhantes aos de 1871, sendo alterados apenas por novas circunstâncias e uma nova devoção pela Lei Rio Branco. Teoricamente, ninguém esperava perpetuar a escravatura no Brasil, apenas prolongá-la. Ninguém defendia a escravidão em teoria, conforme Nabuco o disse em 1885, mas muitas pessoas defendiam-na na prática.[70] A lei de 1871, outrora combatida furiosamente, já se transformara, em 1880, na carta intocável da escravatura, usada até para justificar a continuação do *status* de escravo dos africanos importados depois de 7 de novembro de 1831.[71] Os escravos não estavam preparados, por edu-

[67] Moraes, *A campanha abolicionista*, páginas 61-62.
[68] *Ibid.*; *Associação Commercial do Rio de Janeiro. Elemento servil; 1.ª representação da commissão especial nomeada, em assembléia geral extraordinaria de 2 de maio de 1884* (Rio de Janeiro, 1884), página 14.
[69] *Gazeta da Tarde*, 20 de outubro de 1880; *O Abolicionista*, 1 de novembro de 1880.
[70] *Annaes da Camara* (1885), II, 212.
[71] Ver a declaração do Senador Ribeiro da Luz, de Minas Gerais, *Annaes do Senado* (1883), III, 19.

cação e experiência, para uma rápida emancipação, argumentavam os defensores da escravatura. Precisavam, primeiramente, de serem educados, já que, embrutecidos como eram, não tinham "outra ambição que a de libertar-se de um trabalho que nada lhes produz senão a fadiga." [72] A abolição significaria perda de receita para o estado, afirmavam os representantes da escravatura, como já o faziam há sessenta anos. A agricultura dependia do escravo e até que uma força de trabalho livre pudesse ser recrutada, quaisquer outras medidas em favor da emancipação seriam impensáveis. A abolição seria ilegal e até imoral se imposta aos fazendeiros sem indenização. A escravidão era vantajosa para o escravo, que ficaria indefeso se, de repente, se encontrasse livre. Se a abolição fosse decretada subitamente, os libertos não trabalhariam, não produziriam, seriam apenas consumidores e um elemento de perturbação social. Tal como em 1871, houve de novo a previsão, em 1880, de que, uma vez livres, os antigos escravos se sublevariam em revolta.[73]

Os defensores da escravatura recorriam ocasionalmente a argumentos então quase tabus no Brasil — a um racismo que passou a estar mais em voga depois da queda do Império. Os libertos, segundo uma petição da Associação Commercial, eram "incompativeis com um regimen qualquer de economia e de ordem, de trabalho e de moralidade." [74] No Brasil, disse o industrial Felicio dos Santos, na Câmara, em 1882, o negro era uma absoluta necessidade, apesar de sua inferior "conformação cerebral". [75] Num artigo em defesa da escravatura publicado no jornal republicano *A Provincia de São Paulo*, o filósofo positivista Luís Pereira Barreto, autor de obras abstrusas sobre metafísica e teologia, teorizou que, para os brasileiros de descendência européia, cujo predomínio se fundava em "condições naturais", a escravatura era um "mal necessário", porque "nos achamos deslocados do nivel de evolução da parte mais adiantada da humanidade." Para "os infelizes filhos da bárbara África", por outro lado, a escravidão era "incontestàvelmente um bem relativo," já que seu transporte da África para o Brasil garantira suas vidas e as de seus descendentes. [76]

[72] *Diário de Noticias*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1882; Nabuco, *Conferência a 22 de Junho de 1884*, página 32.
[73] *Diário de Noticias*, 5 de fevereiro de 1882; *Brasil*, Rio de Janeiro, 12 de abril de 1885; *Annaes da Camara* (1882), I, 416.
[74] Citado por Nabuco, *Conferência a 22 de Junho de 1884*, páginas 30-31.
[75] *Annaes da Camara* (1882), I, 416.
[76] Beiguelman, *Formação politica*, I, 160-161. Pereira Barreto foi um preeminente filósofo com inclinação decididamente antidemocrática; ver Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias*, páginas 149-161.

Alguns dos mais teimosos defensores da escravatura chegavam mesmo a mostrarem-se descontentes com a Lei Rio Branco. *O Diário do Brazil* não só condenava os abolicionistas como "homens ingratos" que elevavam suas vozes contra a mão beneficente que os alimentava; também pedia uma contrapropaganda eficaz e um programa de ação para impedir o processo da emancipação enquanto um sistema de trabalho livre não estivesse em funcionamento, para pedir que a lei de 1871 não fosse executada de um modo desnecessariamente prejudicial para os donos de escravos, para repelir a agressão dirigida contra a agricultura e para "expor a falsidade das calumnias sediças e nojentas adrede espalhadas a fim de ferir a honra dos fazendeiros." [77]

Os defensores da escravatura no Parlamento e fora dele produziram um extraordinário número de aforismos citáveis que o pessoal da *Gazeta da Tarde* reuniu durante 1880 e publicou já perto do final da sessão legislativa :"O Brazil é o café," disse Silveira Martins do Rio Grande do Sul, "e o café é o negro". "A escravidão é conveniente," afirmou o senador liberal Sinimbu, de Alagoas, "mesmo em bem do escravo". "Amo mais a minha patria do que ao negro," confessou Saraiva, Presidente do Conselho de Ministros. "O fazendeiro deve merecer mais cuidados dos poderes publicos do que os escravos," pensava Martim Francisco Ribeiro de Andrada. "O que se fez a 28 de setembro," disse Ferreira Vianna, do Rio de Janeiro, "já é de mais: Regresso! Regresso!" "São Paulo prefere a republica á abolição," foi a opinião do monárquico Costa Pinto, dessa provincia, "escolha o Imperador!" "O escravo é, entre nós, um verdadeiro fidalgo proletário," comentou o velho escravocrata Andrade Figueira, do Rio de Janeiro. "Medidas de rigor," advertiu Paulino de Souza, da mesma província, "e quanto antes para conter a insubordinação nas fazendas e fazer murchar perigosas impaciências." [78]

A reação pró-escravatura não se limitou a declarações de políticos. Revelou-se também nas eleições de novembro de 1881, em que quase todos os candidatos do partido abolicionista foram derrotados. O novo gabinete estabelecido no início de 1882 era chefiado, na realidade, por Martinho Campos, o deputado de Minas Gerais que sugerira enfrentar os abolicionistas de revólver em punho. Nabuco, candidatando-se contra um conhecido escravocrata na capital, foi derrotado estrondosamente e, assim, partiu para a Europa para

[77] *Diario do Brazil*, 10 de fevereiro de 1882.
[78] *Gazeta da Tarde*, 25 de setembro de 1880.

lá continuar sua luta.[79] "É claramente evidente por estes resultados," comentou o jornal *The Rio News,* "que o país não deseja a emancipação e que receia até mesmo a simples discussão do assunto." Os escravocratas acreditavam que a agitação antiescravatura havia sido esmagada pelo veredito das eleições.[80]

Havia, então, uma poderosa reação ao abolicionismo, que se revelava na Assembléia, na imprensa e, talvez ainda mais convincentemente, nas eleições de 1881. Os abolicionistas, tendo revelado dramaticamente sua presença em 1880, abrandaram sua ação no ano seguinte, talvez surpreendidos pela ira de seus oponentes. As reuniões antiescravatura, organizadas semanalmente em 1880, cessaram em 1881 e os clubes abolicionistas foram desbandados ou, então, continuaram agindo menos publicamente. Os defensores da escravatura, por outro lado, também haviam sido assustados pelas enérgicas atividades abolicionistas e a nova e inesperada ameaça fez, então, com que os legisladores provinciais nas províncias do café tomassem medidas para acabar com o comércio de escravos interprovincial a fim de fortalecer a escravatura nas províncias do norte. Ao fazê-lo, ajudaram inadvertidamente a desencadear o mais poderoso dos movimentos abolicionistas provinciais, o da pobre província nordestina do Ceará.

[79] *Rio News,* 3 de dezembro de 1881.
[80] *Ibid.,* 15 de novembro de 1881.

No porto do Ceará
não se embarcam mais escravos!

O POVO DE FORTALEZA
27 de janeiro de 1881

11

O MOVIMENTO NO CEARÁ

O FIM DO COMÉRCIO INTERPROVINCIAL DE ESCRAVOS

Em agosto de 1880, a reação pró-escravatura nas províncias do café já começara tomando uma forma que, contrariamente a seu propósito, encurtou a vida da escravatura no Brasil. Havia várias décadas que os escravos estavam sendo levados para o sul, das províncias do norte, para os zonas do café, com pouca atenção sendo prestada a sua condição e, em setembro de 1880, os viajantes que embarcavam para o sul a bordo dos navios da Companhia Brasileira de Vapores ainda podiam ter quase a certeza de terem como companheiros de viagem escravos destinados a serem vendidos no sul.[1] Os deputados do norte já tinham tentado, em 1854, conforme dissemos no Capítulo 4, deter o tráfico para o sul através de legislação, mas os lavradores do café do sul não se tinham mostrado dispostos, então, a deixarem-se influenciar por previsões de uma possível desunidade nacional devido à questão dos escravos e tinham-se oposto a acabar com o fluxo livre de escravos de região para região.

Em 1878, contudo, algumas personalidades do sul tiveram a consciência da ameaça para seus interesses inerente no comércio norte-sul e haviam tentado detê-lo. Nesse ano, Antônio Moreira de

[1] *Annaes da Camara* (1880), V, 35.

Ceará é o herói da Abolição;
São Paulo é o castelo forte
do hediondo escravagismo.

JOSÉ DO PATROCINIO
na *"Gazeta da Tarde"*, 31 de maio de 1883

12

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA: SEGUNDA FASE

UMA CALMA CONSTRANGIDA

À EXCEÇÃO do Ceará, pouco houve para encorajar os abolicionistas durante a maior parte de 1882. Em janeiro, o Imperador fora particularmente cauteloso, na Fala do Trono, para inaugurar o ministério de Martinho Campos, um conhecido escravocrata de Minas Gerais, que governou, alegadamente, sem um programa, mas com aversão óbvia pelos abolicionistas. Sucedendo a Martinho Campos, em julho, o Visconde de Paranaguá prometeu apressar a transição para um sistema de trabalho livre através da expansão do fundo de emancipação, um imposto sobre as vendas de escravos e uma proibição do movimento de escravos de província para província. [1] Todavia, durante quase um ano no poder, ele nada realizou.

Um editor do jornal *The Rio News* descreveu a situação do abolicionismo em agosto:

Torna-se, agora, mais aparente do que nunca como os abolicionistas foram tão completamente derrotados nas últimas eleições. Os mais ativos e enérgicos líderes dos movimentos foram vencidos esmagadoramente nessas eleições, a sociedade antiescravista de que tanto se esperava deixou de existir e o movimento foi quase totalmente esmagado. Algumas sociedades construídas sobre bases sociais ou locais continuaram existindo, mas seu trabalho tem sido espasmódico e de pouca influência fora das próprias organizações. Na Assembléia Geral, onde o trabalho, em grande parte, deve ser realizado, parece não haver um só abolicionista digno desse nome. [2]

Joaquim Nabuco analisou as causas do declínio do movimento depois de sua breve, mas exultante fase em 1880. A escravatura beneficiava-se do apoio da "maior parte das forças sociaes constituídas...", explicou ele. Controlava a terra, dominava a população rural, dirigia o comércio e o capital e comandava "uma clientela formidável de todas as profissões, advogados, médicos, engenheiros, clérigos, professores e empregados públicos..." E, contudo, esta aparência de poder, acrescentou Nabuco otimisticamente, era uma mera sombra. A oposição à escravatura estava aumentando e teria seu impacto sobre o governo, que ficaria muito feliz por ver seu fim "se não fossem os districtos de café nas províncias de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro". Era apenas uma questão de tempo, previu ele, antes da consciência nacional forçar o governo a agir contra a escravatura, tal como o fizera em 1871. [3]

Os principais acontecimentos abolicionistas de 1882, fora da Assembléia Geral, foram poucos, mas significantes. Em 21 de maio, o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes foi organizado no Rio, com os habituais números artísticos, discursos e manumissões, para substituir os defuntos clubes abolicionistas, mas nunca conseguiu alcançar a importância das primeiras organizações abolicionistas ou a da poderosa Confederação Abolicionista, que o absorveu em 1883. Em julho de 1882, os abolicionistas do Rio vendiam rifas para reunir dinheiro para um fundo local de emancipação, a "Caixa Emancipadora José do Patrocinio". Antes da morte de Luiz Gama, em agosto, um delegado da *Gazeta da Tarde* viajara para São Paulo, onde fundara o Centro Abolicionista de São Paulo, criando uma pequena pu-

São Paulo atrasando

[1] *Rio News*, 24 de janeiro de 1882; *Organizações e programas ministeriais*, páginas 191-192.

[2] *Rio News*, 24 de agosto de 1882. Em novembro de 1882, Nabuco escrevera de Londres sobre a necessidade da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão se reunir pelo menos uma vez por mês, pois mesmo que contasse apenas com sete ou oito membros, ele estava determinado a não vê-la morrer. Carta de Nabuco a Gusmão Lobo, Londres, 12 de novembro de 1882, *Cartas a amigos*, I, 83.

[3] Nabuco, *O Abolicionismo*, páginas 215-219.

blicação de propaganda, conhecida pelo nome de *Ça Ira*, com a colaboração de membros locais.[4]

Estas ocorrências talvez estejam ligadas à grande revolta de escravos deflagrada na província de São Paulo em novembro, um acontecimento que provocou comentários irados por parte dos fazendeiros e da imprensa de São Paulo e do Rio e que era uma indicação que os abolicionistas, frustrados no seu uso de processos legais, já estavam trabalhando na clandestinidade entre os escravos, particularmente na província-chave de São Paulo. Alguns meses antes, um agente britânico, observador a serviço dos interesses do café do Ceilão, afirmara publicamente que os abolicionistas poderiam entrar facilmente nos alojamentos dos escravos, nas fazendas, para informá-los de que não havia força alguma que pudesse impedi-los de ganharem sua liberdade e de "incendiarem" toda a nação. A polícia e o exército eram inteiramente inadequados para dominar uma revolta generalizada dos escravos, acreditava o mesmo autor, e o governo não se preparara para uma tal possibilidade. "Uma rebelião de escravos," acrescentou ele, "não pode acontecer se não houver uma influência de fora das fazendas agindo sobre os espíritos dos escravos."[5]

Foi, talvez, por terem a consciência destes fatos que os fazendeiros reagiram quase em pânico ante as notícias sobre a revolta. O *Diário do Brasil*, um franco defensor da escravatura, descreveu o levante com alarme, relatando que, depois de terem ocupado a fazenda, os escravos tinham-se dirigido para a cidade de Campinas, matando seis pessoas no caminho antes de se renderem à polícia. "A mor parte delles ostentava o maior cynismo," afirmou esse jornal, "e narravam todos os factos com sangue frio admiravel."[6] Os grupos pró-escravatura viram a revolta como um sinal para ação e repressão. O Club da Lavoura de Campinas, a cidade onde os escravos se haviam rendido, fez uma petição ao presidente provincial e ao Ministro da Justiça no sentido de tomarem medidas para garantir a segurança dos fazendeiros, incluindo um aumento da força de segurança pública e o fornecimento de carabinas à polícia auxiliar. "À vista do muito grave e deplorável acontecimento," disse o *Diário do Brasil*, "...não será tempo de reagir vigorosamente contra a insensata e funesta propaganda abolicionista?"[7] O jornal *Opinião*

[4] *Gazeta da Tarde*, 22 de maio e 1 de junho de 1882; Duque-Estrada, *A abolição*, página 91.
[5] Blacklaw, "Slavery in Brazil".
[6] *Diário do Brasil*, 8 de novembro de 1882.
[7] *Ibid.*

Liberal de Campinas advertiu: "Já não é possivel mais illudir a opinião publica... que no seio do paiz existe um grupo faccioso e disposto aos maiores excessos, coberto com a sympathica bandeira da emancipação, mas cujos fins são a destruição dos elementos conservadores da sociedade."[8]

Dando sua própria descrição da revolta, o editor do *Rio News* também suspeitou de que os rebeldes tivessem sido influenciados por elementos alheios à fazenda. Os escravos tinham mostrado indícios de resistência antes da luta começar, afirmou o jornal americano, e cerca de trinta homens armados haviam, depois disso, atacado seus alojamentos com a intenção de capturar seus líderes. Armados e com comunicações cavadas entre suas cabanas, os escravos tinham repelido o ataque, matando um e ferindo vários dos assaltantes. Conscientes de sua situação, setenta e três homens, mulheres e crianças haviam marchado, então, em direção a Campinas para se renderem, gritando saudações à emancipação e ao republicanismo no caminho. Para o *Rio News*, a "revolta" pareceu ter sido deliberada e bem organizada. Os escravos tinham combatido bem, "mesmo contra números iguais da raça dominante..." Mais significante, ainda, haviam exibido uma inesperada compreensão dos acontecimentos políticos. À luz destes fatos, o jornal americano concluiu, "os fazendeiros poderão muito bem interrogarem-se sobre como foi possivel, para estes escravos, prepararem-se tão bem para um levante e como é que lhes foi dado obter essas ideias de emancipação e governo. E talvez não seja uma perda de tempo averiguar até que ponto, exactamente, essas ideias se estenderam entre os escravos."[9]

A revolta dos escravos perto de Campinas talvez tenha sido espontânea, mas a verdade é que, para os fazendeiros e seus simpatizantes, parecia ser uma prova de que os abolicionistas estavam preparando secretamente atos de destruição ainda mais prejudiciais para a sociedade estabelecida. Na realidade, exatamente nesse período, José do Patrocínio, já então o líder nacional reconhecido de todo o movimento abolicionista, planejava um novo ataque à escravatura no seu ponto mais débil: a inquieta província do Ceará.

[8] Citado por *ibid.*, 22 de novembro de 1882.
[9] *Rio News*, 15 de novembro de 1882.

EM OUTUBRO, Patrocínio, então conhecido como o "Marechal Negro" ou "o tigre da Abolição", partiu do Rio para o norte no vapor *Ceará*, fazendo escala na Bahia e em Pernambuco e, por fim, desembarcando numa jangada na praia de Fortaleza. Depois de triunfante recepção no porto, que incluiu uma frota de jangadas como escolta, Patrocínio foi recebido na praia por Francisco José do Nascimento. "Então, companheiro," foi a primeira pergunta que dizem que ele fez ao jangadeiro, "o porto está mesmo bloqueado?" — ao que Nascimento respondeu que não havia força no mundo que pudesse reabrir o porto do Ceará ao tráfico dos negociantes de escravos. [10]

A estada de Patrocínio no Ceará, que durou mais de três meses, coincidiu com a fase inicial de um programa sistemático de libertação através de concentração em áreas geográficas: em ruas, bairros de cidades, vilas, municípios, capitais provinciais e, finalmente, províncias. [11] Talvez concebido por Patrocínio, o novo sistema, mais tarde usado em todo o Império, focalizou-se primeiramente no município de Acarape, escolhido em virtude de sua acessibilidade por estrada de ferro, de Fortaleza, e por sua pequena população escrava. [12] No primeiro dia de 1883, com Patrocínio por perto, Acarape foi declarada livre depois de apenas algumas semanas de esforços concentrados, precipitando uma avalanche de manumissões que afetaram comunidades em toda a província. No início de fevereiro de 1883, com Patrocínio já a caminho do Rio, mais dois municípios cearenses foram declarados sem escravos. [13] Cerca de meados do mês, a *Gazeta da Tarde* registrou o extraordinário progresso do abolicionismo no Ceará e previu um rápido fim da escravatura nessa província. "Por todos os municípios", relatou o jornal, "organizam-se associações philantropicas, centros emancipadores; para todos os pontos são enviados pela Libertadora Cearense emissarios com o fim de acelerar o espirito emancipador..."

O movimento era contagioso. Uma simples proclamação era suficiente para acionar uma localidade. "As adhesões chovem de todos os lados," disse a *Gazeta*, "forma-se logo um nucleo libertador, e d'ahi a momentos está fundada uma nova sociedade, assignalando-se o seu nascimento por um punhado de libertações." [14] Muitos escravos estavam sendo libertados voluntariamente e sem compensação ou, então, por subscrição popular quando seus donos pediam pagamento. "O entusiasmo que jorra do movimento," escreveu o *Rio News* cerca do final de fevereiro, "tem sido algo de maravilhoso, pois tem abrangido todas as classes e estendeu-se por todas as partes da província. Centenas de escravos têm sido oferecidos às várias sociedades de libertação pelo preço nominal de 50$000 e 100$000 cada e as sociedades aceitam os mesmos tão rapidamente quanto as receitas das subscrições o permitem... Em forte contraste," acrescentou o jornal americano, "lamentamos anotar os resultados dilatórios verificados na província de São Paulo." Na pobre província do Ceará, cena de uma terrível seca e de fome apenas alguns anos antes, "os escravos estão sendo libertados por quantias quase nominais e, principalmente, através do trabalho voluntário e espontâneo da própria população. Em São Paulo, não só não há entusiasmo, como também parece haver uma oposição decidida à emancipação." [15]

Tal como em 1881, o governo central tentou desencorajar o fervor abolicionista dos cearenses. Em meados de fevereiro, depois do 15.º Batalhão do Exército, estacionado em Fortaleza, se ter declarado uma sociedade abolicionista, o Ministro da Guerra ordenou que essa unidade fosse transferida para o Pará, substituindo a guarnição do Ceará pelo 11.º Batalhão de Belém. O governo central tomou esta inusitada medida apesar da afirmação dos oficiais no sentido de que um telegrama do Imperador felicitando a Sociedade Cearense Libertadora pelo seu sucesso na libertação da Acarape os motivara a converter seu batalhão numa sociedade abolicionista. [16] Mais tarde, nesse mesmo mês, os abolicionistas do Ceará enviaram telegramas para o Rio contando as ameaças do governo e a desafiadora libertação de mais 228 escravos em vários municípios. Alguns dias

[10] *Gazeta da Tarde*, 10 e 19 de outubro e 1 e 12 de dezembro de 1882; Girão, *A abolição no Ceará*, páginas 131-132.
[11] Ver Duque-Estrada, *A abolição*, página 112.
[12] Girão, *A abolição no Ceará*, página 135. Segundo o recenseamento de 1872, havia 11.725 pessoas livres e apenas 140 escravos no município de Acarape. *Recenseamento da população*, IV, 172-173.
[13] *Gazeta da Tarde*, 3 de fevereiro de 1883.
[14] *Ibid.*, 13 de fevereiro de 1883.
[15] *Rio News*, 24 de fevereiro de 1883. Com respeito a São Paulo, o *Rio News* acrescentou: "No intervalo entre a última e a atual Assembléia Geral houve apenas 23 escravos libertados e estes a um custo de 21:238$000. São Paulo tem uma população escrava de 174.722, maior do que a de Pernambuco ou da Bahia; apesar disso, enquanto essas duas províncias libertaram respectivamente 1.400 e 1.000 escravos através do fundo, São Paulo caiu consideravelmente abaixo do total menor..."
[16] *Gazeta da Tarde*, 14 e 22 de fevereiro de 1883.

mais tarde, foram "cercados de um apparato bellico assombroso. Temos, na província, dois batalhões; no porto, o transporte *Purus* e a corveta *Trajano*." A resposta a esta "provocação" foi a libertação de 200 escravos em Icó (onde, na década de 1870, só existiam 785) e um anúncio da esperada libertação total da cidade de Baturité em 25 de março. No dia 7 desse mês, os homens do 15.° Batalhão embarcaram para o Pará, tendo havido cerca de quinze mil pessoas na sua despedida. A ovação foi extraordinária, segundo um telegrama de Fortaleza, mas, contrariamente às expectativas do governo, a ordem foi mantida durante todo o dia. [17]

No início de maio, a campanha para libertar Fortaleza já começara, com os abolicionistas dedicando-se sistematicamente, na cidade, a bairro por bairro e casa por casa, localizando cada escravo e seu dono e comprando sua liberdade ou persuadindo o proprietário a libertá-lo sem compensação — em Fortaleza, já não se tratava de uma grande perda financeira. Em 7 de maio, a Rua do Major Facundo, localização do quartel-general da Sociedade Cearense Libertadora, já não tinha escravos e, em 24 de maio, a capital estava inteiramente livre depois de apenas algumas semanas de esforços concentrados. [18] Uma importante cidade brasileira — a primeira — ficara inteiramente sem escravos, mas outras depressa igualariam essa proeza, à medida que o abolicionismo se espalhava pelas partes mais vulneráveis do país.

Nos meses seguintes, no Ceará, houve pouco mais resistência ao movimento. Todos os jornais, com a exceção do *Cearense*, "liberal", apoiavam o movimento, [19] tal como a maioria da população. Num esforço para persuadir os poucos que ainda possuíam escravos a aceitarem o julgamento popular, a Assembléia Provincial aplicou um imposto de 100 mil-reis a cada escravo ainda existente no Ceará e uma cobrança de um conto e meio a cada escravo exportado. Isto, ao que parecia, era um reconhecimento oficial de que o porto do Ceará fora mesmo fechado ao comércio de escravos e, ainda mais importante, uma virtual abolição de escravatura na província, já que o imposto de 100$000 era mais do que o preço médio que os donos estavam aceitando das comissões abolicionistas por seus escravos. [20]

17 *Ibid.*, 22 de fevereiro, 6 e 7 de março de 1883; *Recenseamento da população*, IV, 172-173.
18 *Gazeta da Tarde*, 8 de maio e 2 de novembro de 1883.
19 *Annaes da Camara* (1883), V, 104.
20 *Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Satyro de Oliveira Dias passou a administração da provincia ao 2.° Vice-Presidente Exm. Sr. Commendador Dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly no dia 31 de maio de 1884* (Fortaleza, 1884), página 28; *Rio News*, 15 de novembro de 1883.

Em meados de fevereiro de 1884, vinte e cinco dos cinqüenta e sete municípios do Ceará estavam já livres de escravos e a completa emancipação da província fora prevista para 1 de junho. Menos de três semanas mais tarde, a data da libertação total foi adiantada para 25 de março, o 60.° aniversário da Constituição Imperial. No dia 16 desse mês, o *Jornal do Commercio*, chamando a atenção para essa data meta, anunciou que a população escrava do Ceará já se limitava a apenas dezesseis municípios, dois deles só com três escravos cada. No dia 22, quase todos os escravos do Ceará já haviam sido libertados e as festividades programadas para o dia 25 já tinham começado. No dia 24, os abolicionistas do Ceará enviaram o seguinte telegrama para o Rio:

> *A "Gazeta da Tarde" — Rio. Ganhamos a primeira batalha. Scientifique ao Imperador, cujo abolicionismo respeitamos, que, apezar da perseguição do governo, o Ceará está livre.* [21]

As estatísticas do Ministério da Agricultura, tão de confiança quanto quaisquer outras, indicam a eficácia da campanha de dezesseis meses de libertação no Ceará. Dos 31.975 escravos registrados nessa província depois de 1871, 2.211 já tinham morrido em 1884 e um total de 7.104 havia sido enviado para fora da província. O saldo de 22.660 pessoas foi aceito cautelosamente pelo Ministro da Agricultura como o número de escravos libertados, com a grande maioria durante o frenético período verificado após novembro de 1882. "Apezar do pequeno valor da propriedade escrava na provincia do Ceará," dizia o relatório, a emancipação de todos os seus escravos em tão pouco tempo foi "um facto altamente honroso para a philantropia particular." [22]

Todavia, na realidade, a escravatura não deixara inteiramente de existir no Ceará a 25 de março de 1884. Em fevereiro de 1886, o *Jornal do Commercio* informou que ainda havia 298 escravos no município cearense de Milagres e, mais de dois anos depois, um relatório do Ministério da Agricultura, datado de um dia após a abolição da escravatura brasileira, colocou a população cativa do Ceará em 108. [23] Contudo, os acontecimentos nessa província do norte foram

21 *Rio News*, 15 de fevereiro de 1884; *Gazeta da Tarde*, 4, 22 e 25 de março de 1884; *Jornal do Commercio*, 16 de março de 1884.
22 *Relatório do Ministério da Agricultura*, 7 de maio de 1884, páginas 183-189. Em contraste com o número libertado no Ceará durante doze anos e meio, o fundo de emancipação da Lei Rio Branco libertou apenas 18.900 escravos na totalidade da nação.

notáveis e serviram como um detonador para deflagrar uma série de explosões abolicionistas que começariam a destruir a escravatura desde o Amazonas até à fronteira uruguaia.

O MOVIMENTO ESPALHA-SE

AINDA muito antes da conclusão da campanha de libertação do Ceará, os acontecimentos nessa província começaram afetando as regiões vizinhas. Em maio de 1883, o Ceará já era um refúgio de fugitivos das províncias vizinhas, com a área afetada espalhando-se para fora até que a atração da "Terra da Luz", como Patrocínio lhe chamava, se fez sentir tão a sul quanto São Paulo. Queixas contra os protetores dos fugitivos, no Ceará, começaram vindo de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí, as três províncias com fronteiras com o Ceará, e os protestos depressa foram ouvidos até do longínquo Rio de Janeiro.[24] Os abolicionistas do sul, adotando táticas muito ousadas, particularmente depois da criação da Confederação Abolicionista, em maio de 1883, estabeleceram secretamente uma rota ferroviária clandestina com suas origens em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e seu destino ideal no distante Ceará. Como uma espécie de saudação pessoal à província do norte, André Rebouças traçou uma rota imaginária de fuga para o norte com sua primeira estação em São Paulo no túmulo de Luiz Gama e, mais adiante, lugares de descanso ao longo dos rios e riachos da selva do interior, antes da chegada à nona e última estação "no Paraíso, — no Ceará Livre."[25] O incitamento a fazer com que os escravos abandonassem as fazendas não se desenvolveu em grande escala em 1883 — conforme aconteceu em 1887 — e a rota da fuga para o norte não foi, provavelmente, mais do que um sonho mas, no início de 1883, começaram aparecendo anúncios em *O Cruzeiro,* do Rio de Janeiro, implicando que os escravos haviam sido incitados a fugir ou que estavam sendo protegidos por abolicionistas.[26] Mais tarde, os abolicionistas viriam a desenvolver esta tática em alto nível, pro-

[23] *Jornal do Commercio,* 21 de fevereiro de 1886; *Relatorio do Ministerio da Agricultura,* 14 de maio de 1888, página 24.
[24] *Annaes da Camara* (1883), I, 56; *Rio News,* 15 de fevereiro de 1884; *Manual do subdito fiel,* página 16; *South American Journal,* 13 de setembro de 1883; Toplin, *The Movement,* página 72.
[25] Ver Nabuco, *Minha formacão,* página 175.
[26] *O Cruzeiro,* 17 e 21 de fevereiro de 1883.

porcionando aos fugitivos escoltas, certidões de liberdade falsificadas, esconderijos e até transporte ferroviário para as cidades.[27]

No início de 1883, enquanto os brasileiros se tornavam crescentemente conscientes do exemplo do Ceará, o abolicionismo irrompia de novo em vários pontos da nação. Em fevereiro, o presidente provincial de Pernambuco enviou um telegrama ao governo central pedindo ajuda para enfrentar o desafio da propaganda abolicionista, tão eficaz que, segundo foi afirmado, estava causando rebeliões militares locais.[28] Em julho, um dos vários clubes abolicionistas de Pernambuco, a Sociedade Nova Emancipadora, criara uma comissão de emancipação para libertar a capital provincial por meio de métodos lentos, calmos e legais. A mesma comissão, descontente com o cauteloso programa do recentemente inaugurado ministério de Lafayette Rodrigues Pereira, recomendou à Câmara dos Deputados um programa mais radical, incluindo a libertação de homens com mais de cinqüenta anos e a completa aplicação da lei de 7 de novembro de 1831 — uma política que teria eliminado virtualmente a escravatura em todo o país.[29]

Em março de 1883, o abolicionismo já avançava muito na província de Goiás, a oeste, onde um importante proprietário anunciara sua decisão de libertar todos os seus escravos dentro de dez anos se eles continuassem a servi-lo bem durante esse tempo.[30] Sendo um exemplo da "manutenção por contrato", que depressa se tornou muito popular em todo o Império, este ato implicou que a relação entre senhor e escravo já fora tão enfraquecida pela pressão pública e pelo descontentamento entre os cativos que se tornava necessário um contrato suplementar, anulando quase de todo a antiga relação

[27] Moraes, *A campanha abolicionista,* páginas 37-38; Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco,* página 144.
[28] *Gazeta da Tarde,* 22 de fevereiro de 1883.
[29] *Annaes da Camara* (1883), IV, 53. As sociedades de emancipação tinham aparecido em Pernambuco vinte anos antes do início do movimento abolicionista nacional e, em 1879, o novo abolicionismo já se desenvolvera em Pernambuco com a criação do Club Democrata, dedicado à libertação de escravos. Em 1881, o Club Abolicionista foi formado no Recife, grupo esse que foi instrumental na abolição dos capitães-do-mato na província e na supressão de anúncios de escravos fugitivos na imprensa do Recife. Em 26 de setembro de 1881, a importante Sociedade Nova Emancipadora foi fundada no Recife e, em 1884, uma série de organizações antiescravatura já surgira em Pernambuco. Ver Francisco Augusto Pereira Costa, "A idea abolicionista em Pernambuco", *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco,* 42 (Outubro de 1891), 262-266.
[30] *Tribuna Livre,* Goiás, 3 de março de 1883, citado pela *Gazeta da Tarde,* 21 de abril de 1883.

irrestrita. Muitos donos de escravos viriam, pouco depois, a adotar esta política como uma solução prática para o desafio imediato do abolicionismo, particularmente no Rio Grande do Sul, mantendo seu controle sobre uma força de trabalho não paga durante um período específico de tempo, dando a seus escravos um incentivo para seu trabalho e ganhando um certo grau de respeito público — tudo isso com um só ato "humanitário". Em julho de 1884, Goiás já estava a caminho da libertação total, com o vice-presidente da província e alguns importantes proprietários de terras juntando-se à causa com a emancipação de seus escravos. [31]

O movimento abolicionista também desenvolveu sua presença no Pará, onde milhares de pessoas, alegadamente, se reuniram em Belém para aplaudir o 15.° Batalhão abolicionista na sua chegada do Ceará em 1883. [32] No final de abril do ano seguinte, com um poderoso movimento abolicionista prestes a surgir rio acima, em Manaus, o Club Amazonia foi fundado em Belém com o objetivo específico de organizar a abolição da escravatura no Vale do Amazonas. [33] No Rio Grande do Norte, uma poderosa organização libertou o último escravo na cidade de Mossoró antes do final de 1883. [34] A cidade de Amarração, no Piauí, foi libertada no mês de julho seguinte e, no final de setembro, com o sistema de emancipação geográfica sendo bem sucedido de uma ponta a outra do Império, três cidades do Paraná — Curitiba (a capital provincial), Paranaguá (o principal porto) e Antonina — já estavam quase livres de escravos. [35] Nesta última província, três organizações abolicionistas foram fundadas em 1883, tendo havido "grandes festas abolicionistas" no Teatro São Theodoro de Curitiba. Tal como em muitos outros pontos do país, os cidadãos das classes média e superior mostraram-se particularmente ativos, bem como o vasto setor imigrante, composto por alemães e italianos, que manifestaram sua oposição à escravatura através de suas organizações e jornais de língua estrangeira. [36]

Com o regresso de Patrocínio ao Rio no final de fevereiro de 1883, a libertação sistemática da capital imperial já fora tentada, mas

[31] *Ibid.*, 18 de agosto de 1884.
[32] Morél, *Dragão do mar*, páginas 80-81. Na Câmara, em 1883, o Deputado Cantão, do Pará, afirmou que o movimento na sua província se desenvolvera quase tão bem quanto no Ceará. *Annaes da Camara* (1883) I, 50.
[33] *Manifesto do Club Amazonia fundado em 24 de Abril de 1884* (Pará, 1884), páginas 17-18.
[34] *Rio News*, 15 de dezembro de 1883.
[35] *Gazeta da Tarde*, 21 de julho e 1 de outubro de 1884.
[36] Ianni, *As metamorfoses do escravo*, páginas 225-227.

com tão pouco sucesso que os proprietários de escravos chegaram a sentir-se tranqüilos e até algo divertidos. [37] O coração do Império ainda não estava pronto para as soluções radicais que tinham sido tão bem sucedidas em outros lugares, mas a *Gazeta da Tarde* continuava sua solitária campanha jornalística contra a escravatura, atacando suas enraizadas práticas cotidianas e incitando a população a uma maior participação.

No final de fevereiro de 1883, a *Gazeta* publicou a primeira de suas paródias aos anúncios sobre os escravos fugitivos, facilmente reconhecíveis pelo pequeno desenho de um fugitivo, caminhando com uma trouxa amarrada a um pau colocado sobre o ombro — o símbolo que atraiu a atenção do captor de escravos durante décadas. Os anúncios-caricaturas da *Gazeta* eram como aqueles que apareciam regularmente nos jornais do Rio de Janeiro, usando as mesmas grosseiras descrições físicas, embora nestes anúncios fossem os escravos que procuravam seus senhores em busca de uma compensação por anos de cativeiro injusto. Usando nomes reais de donos e de escravos extraídos de anúncios no *Cruzeiro* e outros jornais, a *Gazeta* procurava criar uma consciência pública da baixeza das práticas tradicionais. O seguinte exemplo publicado em 23 de fevereiro ilustra perfeitamente o estilo:

100$000

O cidadão João, há 30 annos expoliado de seus direitos de homem livre, presenteia, com a quantia acima, a quem lhe entregar o negreiro Luiz Gomes de Aguiar, que residiu ou ainda reside no Campo da Gramma, logar preferido por ter magnificos pastos.

Este sujeito é alto, bem fornecido de pés e traz, como distinctivo no pescoço, um lobinho do tamanho de um ovo de pomba.

Costuma uzar largo chapéo de feltro e tem diversos officios, sobresahindo entre estes o de explorar seus próprios irmãos...

Segundo o mesmo anúncio, Gomes de Aguiar podia ser encontrado, junto com seus amigos, no Palácio Imperial. [38] Ainda mais agressivo era o seguinte "anúncio":

[37] *Gazeta da Tarde*, 20 de fevereiro de 1883; *Rio News*, 3 de maio de 1884.
[38] *Gazeta da Tarde*, 23 de fevereiro de 1883. Este anúncio-caricatura foi inspirado obviamente pelo seguinte anúncio, autêntico, publicado no *Cruzeiro* no mesmo dia:

100$000

Fugiu da fazenda de Piabanha... o escravo João, pardo, de 30 annos,

Edital de Praça

Francisco Antonio da Silva, juiz da 3.ª vara civil da côrte, faz publico que vão á praça os serviços dos seguintes negreiros.

Manoel Alves, casado, 40 annos, sem officio, abdomen desenvolvido, pernas grossas e olhos papudos.

Maria Antonio, mulher d'aquelle, gorda e forte, com leite para amamentação, parida ha 6 mezes.

Acompanham o casal os menores, Manoel Junior de 8 annos e Maria de seis mezes, que por lei não são separados dos paes.

Aluga-se por 7 annos, os serviços desse casal para pagamento da indemnisação do que devem ao homem livre João, que os mesmos criminosamente conservaram em captiveiro por 15 annos. [69]

O MOVIMENTO É REAVIVADO NO RIO DE JANEIRO

Em maio de 1883, o abolicionismo, finalmente, foi reavivado no Rio. No início desse mês, numa reunião no Hotel Bragança, João Clapp, José do Patrocínio e o Tenente Manoel Joaquim Pereira, do Ceará, conceberam a idéia de unirem os muitos clubes abolicionistas da nação numa aliança abolicionista. [40] Pouco depois disso, representantes de muitos grupos abolicionistas reuniram-se na redação da *Gazeta da Tarde,* onde a nova organização — chamada Confederação Abolicionista segundo a sugestão de Patrocínio — foi estabelecida. Em apenas três meses, a Confederação já contava com dezessete clubes diferentes, representando pelo menos cinco províncias e a capital, além de incluir as sociedades abolicionistas de duas escolas militares (as de Pernambuco e do Rio de Janeiro), uma organização gráfica, uma escola médica e uma associação de comerciários. [41]

altura e corpo regulares, pés pequenos, carrancudo, usa bigode e pêra, tem signal de uma facada perto do estomago, um lobinho do tamanho de um ovo de pomba no lado direito do pescoço, falta de um dente na frente e falla apaulistada; trabalha de alfaiate, pedreiro, copeiro e colcheiro; levou chapéo de copa alta, camisa de chita, calça e paletó de riscado de Petropolis, e mais roupa em uma trouxa; quem o levar a seu senhor Luiz Gomes de Aguiar, no Campo da Gramma ou à rua dos Benedictinos n.º 10, será gratificado com a quantia acima e quem der noticias certas ao mesmo será gratificado com 50$000.

69 *Gazeta da Tarde,* 24 de fevereiro de 1883.

40 João Clapp, "Relatório do estado e das operações da Confederação Abolicionista", *Gazeta da Tarde,* 29 de maio de 1884.

41 Ver *Manifesto da Confederação Abolicionista,* páginas 21-22.

Em agosto, o Manifesto da Confederação Abolicionista, escrito por dois abolicionistas radicais, André Rebouças e José do Patrocínio, foi lido perante quase duas mil pessoas no Teatro D. Pedro II do Rio de Janeiro. Entre o público, havia dois senadores e seis deputados, representando o Ceará, Goiás, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia, todos eles tendo concordado com apresentar o Manifesto na Assembléia Geral. Assim, a Assembléia, como um grupo, ainda pouco disposta a tomar quaisquer novas medidas em favor da reforma, escutou uma longa descrição histórica da escravatura brasileira, cuja intenção era mostrar que, tal como existia no Brasil, a instituição era brutal e ilegal. [42] Era óbvio, para os legisladores que escutavam, que os abolicionistas, já organizados numa aliança nacional, se encontravam mais poderosos e determinados do que nunca, não estando mais dispostos a aceitarem soluções de compromisso.

Em agosto de 1883, os estudantes e professores da Escola Polytechnica organizaram uma nova sociedade abolicionista com estatutos convidando ao estabelecimento de organizações semelhantes em todas as instituições educacionais da nação. Sob a influência de André Rebouças, um membro do professorado, a organização também pediu um imposto sobre todas as terras não cultivadas localizadas dentro de um raio de vinte quilômetros de linhas de comunicação, impostos sobre os escravos indo de vinte a cem mil-reis por ano e um preço máximo de emancipação de 600 mil-reis. [43] Em novembro, outra organização que parecia ameaçar o *status quo* — a Sociedade Central de Immigração — foi fundada no Rio. Chefiada pelo romancista e senador do Paraná, Alfredo d'Escragnolle Taunay, com a cooperação do onipresente André Rebouças, esta sociedade de imigração com uma tendência radical não estava satisfeita com a importação de bandos de europeus ou asiáticos servis para as fazendas do Império. Assim, preferiu iniciar uma luta pelas reformas que seus líderes acreditavam serem necessárias para fomentar uma onda de imigrantes europeus livres e o estabelecimento de pequenas propriedades agrícolas. Tratava-se de mais uma manifestação da batalha do século XIX contra o latifúndio. [44]

42 Duque-Estrada, *A abolição,* página 104; *Annaes da Camara* (1883), IV, 18-29.

43 *Rio News,* 15 de agosto de 1883.

44 Ver Louis Couty, *Pequena propriedade e immigração europea* (Rio de Janeiro, 1887), particularmente as notas em apêndice da autoria do Senador Alfredo d'Escragnolle Taunay, páginas 71 ff.

No início de 1884, o abolicionismo da capital do Império tomou pela primeira vez o caráter de um movimento de massas. O novo local de reunião era o Teatro Polytheama, cujo público se apinhava para escutar oradores como João Clapp, queixando-se do alto custo de libertar escravos, ou como o Deputado José Mariano, do Pernambuco, elogiando a cidade do Rio pelo seu crescente ambiente abolicionista.[45] Foi a emancipação do Ceará, contudo, que levou o movimento para as ruas com um espírito de Carnaval, que paralisou as atividades normais do Rio durante três dias e que criou um ímpeto que depressa resultou na libertação de partes da cidade. Os membros da Câmara Municipal foram advertidos daquilo que estava por vir por meio de uma carta em 22 de março, da Sociedade Abolicionista Cearense, pedindo a autorização para retirar algumas pedras da calçada ao longo da Rua Gonçalves Dias e no Largo da Carioca, no coração do Rio de Janeiro, a fim de instalar mastros para bandeiras e galhardetes com a finalidade de ornamentar um bazar no Jardim da Guarda Velha. Prometendo voltar a colocar as pedras no fim das festividades, os abolicionistas também pediram autorização para iluminar a Praça Francisco de Paula e para colocarem letreiros em várias partes da cidade anunciando uma regata que seria realizada na Baía de Botafogo.[46]

Um dos vários centros dessa enorme celebração foi o Teatro Polytheama, onde, ao meio-dia, a 25 de março, uma grande *Kermesse* — um misto de Carnaval e de feira — foi iniciada. O teatro estava todo decorado, segundo a *Gazeta da Tarde,* com magníficos escudos rodeados por coroas de flores, com as bandeiras das sociedades abolicionistas alinhadas ao longo das paredes do salão, juntamente com os nomes de reformistas já falecidos, como Ferreira de Menezes, Luiz Gama e o Visconde do Rio Branco. O entretenimento era semelhante ao oferecido nas reuniões públicas de 1880, embora com adições muito populares: a leitura de uma carta de Joaquim Nabuco, ainda na Europa, execuções orquestrais do Hino Nacional, a Sinfonia do Guarani de Carlos Gomes, a "Marselheza do Escravo", composta pelo Dr. Cardoso de Menezes, solos musicais, peças em 1 ato, cenas cômicas, um coro ao ar livre e a dança do tango, que surgia então. No final da tarde, a Rua do Lavradio, em que o Polytheama se encontrava, estava tão apinhada com gente que as vendas de ingressos foram suspensas por ordem oficial, já que as multidões, foi alegado, criavam um risco público.[47]

[45] *Gazeta da Tarde,* 14 de janeiro de 1884.
[46] DPHAG, Cod. 6-11.
[47] *Gazeta da Tarde,* 25 e 26 de março de 1884.

Um dos pontos altos das festividades era o reconhecimento público dos abolicionistas do Ceará. Isto foi realizado por meio de um gigantesco desfile que atravessou a cidade antiga, desde a Rua Primeiro de Março até o Passeio Público, um parque muito na moda, à beira da baía, com os desfilantes parando a meio do caminho para ofertar uma coroa de ouro a um representante da Sociedade Cearense Libertadora. Tudo isto foi feito com um grau de participação pública sem precedentes em qualquer parte do Brasil, exceto no próprio Ceará. As celebrações começaram num domingo pela manhã e, tal como o Carnaval carioca, terminou na madrugada de quarta-feira, com uma participação registrada de mais de 10 mil pessoas.[48] O abolicionismo, finalmente, tornara-se num movimento popular na capital do Império.

Com as festividades ainda mal tendo acabado, os líderes abolicionistas do Ceará enviaram um telegrama conjunto a João Clapp, no Rio, recomendando a exploração do entusiasmo público para tentar a libertação da totalidade da população escrava da cidade e, alguns dias mais tarde, numa reunião da Confederação Abolicionista, foi decidido por unanimidade realizar esse esforço. Acabar com a escravatura no Rio era uma tarefa muito mais formidável, contudo, do que a libertação do Ceará, pois os escravos do Município Neutro eram mais de 32 mil e tinham um valor muito mais elevado em termos de mil-reis do que os escravos da província do norte. Apesar das dificuldades que enfrentavam, os abolicionistas dividiram a cidade em setores, cada um deles sob a supervisão de uma comissão de libertação, e cada comissão recebeu uma lista de cativos e seus endereços, bem como a missão de obter sua libertação através de persuasão calma.[49]

Em 5 de abril, a *Gazeta* anunciou que os abolicionistas haviam decidido concentrarem-se em duas ruas no coração do bairro comercial. Estas ruas eram a Rua do Ouvidor e a Rua da Uruguaiana, esta a localização da redação do diário abolicionista. Nesse mesmo dia, a *Gazeta* prometeu que nas suas próximas edições publicaria os nomes dos escravos na área meta, juntamente com os de seus donos. Dois dias mais tarde, o público teve conhecimento de que as comissões abolicionistas haviam sido bem recebidas nos quarteirões indicados, onde tinham encontrado apenas doze escravos. Sete destes haviam sido alugados por donos fora daquela área, mas esses donos

[48] Duque-Estrada, *A abolição,* páginas 116-118; *Gazeta da Tarde,* 26 de março de 1884.
[49] *Gazeta da Tarde,* 27 de março e 3 de abril de 1884.

foram encontrados e sua libertação foi realizada. Os residentes dessas duas ruas foram convencidos a assinarem uma declaração prometendo nunca mais usarem escravos nas suas casas. Em 21 de abril, outra quadra da Rua da Uruguaiana, indo da Rua 7 de Setembro ao Largo da Carioca, foi libertada, com seus ocupantes prometendo deixarem de usar escravos nos seus estabelecimentos.

À medida que os dias iam passando, o movimento de libertação na capital ia criando mais força. Ajudado por estudantes da Escola Polytechnica, espalhou-se a novas ruas, com a libertação de cada quadra sendo o pretexto para uma celebração pública — o encontro de cariocas felizes e alegres na rua libertada, com casas, varandas e vitrinas brilhantemente iluminadas por lanternas. Foguetes explodiam intermitentemente sobre as estreitas ruas, com bandas de música encorajando cantos e danças improvisadas. Perto do final de abril, já se verificavam festas nas quadras das ruas do coração da capital quase todas as noites.[50]

Popular no Rio, finalmente, o abolicionismo alcançou as câmaras do Conselho Municipal. Em 1 de maio, esta instituição emitiu regulamentos para o uso de um "Livro de Ouro", um fundo municipal de emancipação tendo por objetivo financiar a libertação anual de escravos do Município Neutro. "O movimento emancipador," escreveu um membro do Conselho, reagindo aos acontecimentos na cidade, "deve ser reflectido para ser ordeiro; os grandes interesses nacionaes representados pela lavoura e pelo commercio... devem ser os directores desse movimento, ante o qual é um crime qualquer tentativa reaccionaria." Ao criar o Livro de Ouro, explicou o mesmo funcionário, a Câmara Municipal tentava dirigir a libertação do município, para servir como um "elemento conciliador", a fim de orientar as forças emancipacionistas para processos legais e ordeiros.[51]

A campanha para libertar os escravos da cidade do Rio de Janeiro durou várias semanas, mas perdeu seu ímpeto e foi abandonada, finalmente, com a população voltando sua atenção, em maio e junho, para um esforço promissor por parte do Governo Imperial de recuperar o controle do processo emancipacionista através de um compromisso legislativo: a Lei Dantas para a libertação de escravos de sessenta anos de idade e mais. Apesar da força mais ampla desta segunda tentativa para libertar a cidade, a verdade é que ela não

[50] *Ibid.*, de 5 a 26 de abril de 1884.
[51] DPHAG, Cod. 6-1-41. A Câmara Municipal decidira criar o Livro de Ouro em fevereiro. *Rio News*, 15 de março de 1884.

foi suficientemente longe para cumprir seu propósito. A escravatura ainda era excessivamente forte na capital do Império, rodeada como estava pelas províncias do café, para que pudesse ser destruída apenas pelo entusiasmo e as boas intenções. Em 1887, ainda havia 7.500 escravos registrados na área da cidade do Rio.[52]

O abolicionismo do Ceará e da capital imperial, entretanto, estimularam outros movimentos de uma ponta a outra do país. No começo de maio de 1884, os estudantes da Academia de Direito de São Paulo, seguindo os estudantes da Escola Polytechnica, organizaram uma Comissão Libertadora Academica para o propósito de libertar escravos nas ruas em volta daquela instituição. Tal como no Rio de Janeiro, contudo, a escravatura ainda era defendida adamantemente na cidade de São Paulo, embora os escravos da província já estivessem, então, grandemente concentrados nas áreas rurais, realizando o trabalho agrícola. Como resultado disto, os esforços dos estudantes encontraram forte resistência na capital do café e pouco realizaram.[53]

Um movimento abolicionista mais vigoroso surgiu em maio e junho na cidade de Campos, na região produtora de açúcar na parte leste da província do Rio de Janeiro. Sua mais importante força era um novo jornal abolicionista, o *Vinte e Cinco de Março*, que apareceu pela primeira vez em 1 de maio. De propriedade de Carlos de Lacerda, um inimigo radical da escravatura, que também era o seu diretor, este novo jornal insinuou no seu primeiro número que os abolicionistas de Campos usariam métodos violentos, se isso fosse necessário, para servirem sua causa.[54]

Em meados de junho, o Club Abolicionista Carlos de Lacerda já estava libertando as principais ruas de Campos e alguns dos donos de escravos, confrontados por comissões abolicionistas, estavam aceitando preços moderados. Todavia, a comunidade agrícola, como um todo, reagiu fortemente a este ataque abolicionista ao coração do rico delta, produtor de açúcar, do Paraíba. O Club da Lavoura de Campos armou, segundo foi alegado, "sicarios disfarçados" em unidades da polícia municipal, perseguiu os abolicionistas e até amea-

[52] *Relatorio do Ministerio da Agricultura*, 14 de maio de 1888, página 24.
[53] *A Onda*, São Paulo, 17 de outubro de 1884, *Gazeta da Tarde*, 3 de maio de 1884; Bastide e Fernandes, *Brancos e negros*, página 55. O último relatório do governo sobre a população escrava, dando estatísticas reunidas em 1886 e 1887, colocava as populações escravas urbana e rural de São Paulo em, respectivamente, 4.926 e 102.403. Ver *Relatorio do Ministerio da Agricultura*, 14 de maio de 1888, página 24.
[54] *Vinte e Cinco de Março*, Campos, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1884.

çou suas vidas, enquanto os jornais controlados pelos interesses agrícolas exigiam uma "revolução". Em maio, uma multidão pró-escravatura reuniu-se ameaçadoramente diante da redação do *Vinte e Cinco de Março* — um prelúdio a sérios choques armados que viriam a verificar-se em Campos, em 1887, entre abolicionistas e seus oponentes.[55] Até então, os abolicionistas de Campos continuaram seu trabalho, rodeados por uma região rural hostil, começando, depois, a empregar os métodos violentos que Carlos de Lacerda ameaçara usar no primeiro número de seu jornal. Essas violências, segundo foi alegado, vieram a incluir o incêndio de campos de cana-de-açúcar e agitação entre os escravos das fazendas, as quais, em 1887, transformaram Campos num refúgio de fugitivos perseguidos e, durante um breve período, até num campo de batalha entre as duas forças adversárias.

[55] *Ibid.*, 17 e 19 de junho de 1884; *Rio News*, 24 de maio de 1884.

Nenhuma das grandes causas nacionais que produziram como seus advogados os maiores espíritos da humanidade, teve nunca melhores fundamentos do que a nossa.

JOAQUIM NABUCO
O Abolicionismo

13

ONDAS REFLEXAS DO CEARÁ: AMAZONAS E RIO GRANDE DO SUL

O FIM DA ESCRAVATURA NO AMAZONAS

Os MAIS eficazes movimentos provinciais de libertação como um reflexo direto da emancipação do Ceará foram os do Amazonas e Rio Grande do Sul. A situação do Amazonas era particularmente favorável ao abolicionismo. Nas décadas de 1860 e 1870, uma pequena elite dessa província tinha ficado rica devido a um acidente da natureza: abundantes florestas de árvores da borracha em estado natural, com a borracha sendo extraída por índios, mestiços e migrantes livres do nordeste brasileiro, espalhados ao longo dos canais da bacia amazônica. Essa província do norte, "um prodigioso emporio de riquezas naturaes", mantinha-se indiferente à questão da escravatura, escrevera André Rebouças muito antes da erupção do movimento nessa província.[1] A riqueza do vale atraíra um influxo de escravos de outras áreas (ver Tabela 9), mas só havia 1.501 re-

[1] *Agricultura nacional*, páginas 49-50.

Alguns trabalhadores
entrando nos alojamentos dos escravos,
fechados com cadeados, em algumas fazendas,
e dizendo aos escravos quão facilmente poderiam
obter a liberdade, se se revoltassem,
poderiam incendiar o país inteiro...
O escravo não sabe
quão facilmente a
coisa poderia
ser feita.

A. SCOTT BLACKLAW, *Slavery in Brazil,*
The South American Journal, Londres, 20 de julho de 1882.

Contra a escravidão
todos os meios são legitimos e bons.
O escravo que se submette, attenta contra Deus
e contra a civilisação;
o seu modelo, o seu
mestre, o seu apostolo
deve ser Spartaco...

JOSÉ DO PATROCÍNIO
na *Gazeta da Tarde,* 22 de junho de 1886.

16

A CONVERSÃO DE SÃO PAULO

O ABOLICIONISMO NO PORTO DE SANTOS

Pouco depois da promulgação da lei que proibia o açoite de escravos, o conflito nacional tornou-se, de fato, radical e a própria escravatura começou desmoronando. Incitados por abolicionistas, os cativos começaram subitamente abandonando as fazendas em grandes números. Unidades policiais, acusadas de agirem como mercenários pagos, foram enviadas para recapturá-los e, no processo, entraram em direto e violento conflito com os fugitivos e seus protetores. Um governo desesperado voltou-se para meios inconstitucionais para refrear o movimento de liberdade e agitou-se num ninho de marimbondos de irados cidadãos. Igualmente exasperados, os fazendeiros recoreram à violência e ao terror, enquanto outros começaram libertando seus escravos para poderem salvar suas safras, suas fortunas e sua sociedade. Nabuco já tinha previsto, em 1883, que a abolição seria conseguida por um ato do parlamento, não por meio de agitação nas ruas das cidades ou pelo incitamento à revolta nas fazendas.[1] Todavia, os métodos pacifistas haviam falhado no que se referia a trazer os resultados que os abolicionistas tinham antecipado. A Assembléia aprovara uma lei inaceitável e, assim, no ano seguinte, os oponentes da escravatura recorreram à ação não legal. Um plano para rebeliões simultâneas de escravos nas fazendas paulistas, a serem iniciadas na Noite de Natal de 1886, fracassou, mas os escravos, apesar disso, começaram abandonando as fazendas e não havia força no Brasil que os pudesse deter.[2]

O palco da primeira cena de violência importante nesta última fase da luta para abolir a escravatura foi a cidade de Santos, na província de São Paulo. Apesar de Santos e as comunidades vizinhas conterem menos de trezentos escravos em 1886, a Sociedade Emancipadora 27 de Fevereiro dessa cidade ainda não conseguira, em outubro desse ano, convencer os residentes a separarem-se de um número significante de seus cativos.[3] Este porto tropical no sopé da Serra do Mar, com suas ligações econômicas com a produção das fazendas do interior, seus grandes depósitos de café e sua nova estação ferroviária, construída para o transporte do café, dificilmente teria parecido o local indicado, na realidade, para um choque decisivo na luta da escravatura. Todavia, foi aí, no centro urbano de um distrito já privado da maioria de seus escravos, que um dos mais importantes movimentos abolicionistas locais se desenvolveu e foi bem sucedido, embora por pouco tempo, no final de 1886 e início de 1887, desencadeando toda uma série de acontecimentos localmente e, depois, regional e nacionalmente, conduzindo a um rápido fim da escravatura.

[1] Nabuco, *O Abolicionismo,* páginas 25-26.
[2] Frank Vincent, *Around and about South America* (Nova York, 1890), páginas 263-264.
[3] *Diário de Santos,* 29 de julho, 25 de setembro e 17 de outubro de 1886.

Poucos dias depois da Assembléia Geral ter abolido o castigo corporal, o demagogo mais eficiente do Brasil, José do Patrocínio, fez uma curta visita a Santos, dando aos simpatizantes locais uma oportunidade para demonstrarem seu entusiasmo com discursos, fogos de artifício, saúdes e entretenimento musical. [4] Deflagrada pelas atenções de Patrocínio e a morte, uma semana mais tarde, de um notável abolicionista paulista, José Bonifácio de Andrada e Silva, o mais jovem, [5] a cidade foi transformada no mero espaço de uma semana num centro estratégico e vital da luta abolicionista.

Depois da partida de Patrocínio, cuja presença, sem dúvida, ajudou a fortalecer o movimento local, conforme fizera quatro anos antes no Ceará, os abolicionistas reuniram-se no Teatro Guarany para prestarem homenagem a José Bonifácio e para adotarem um programa para a rápida libertação de Santos. Em apenas cinco dias, os escravos da cidade foram todos libertados e os fugitivos, já conhecedores da abolição do açoite, começaram procurando refúgio na região. Em 3 de novembro, numa aparente resposta ao súbito aparecimento de um importante e já desenvolvido movimento abolicionista em Santos, uma força de vinte soldados chegou da capital provincial por trem e, durante a noite, começou patrulhando as ruas nas proximidades da prisão, onde cinco fugitivos capturados estavam presos. A atitude destes intrusos, disse o jornal abolicionista *Diário de Santos,* era "ameaçadora, feia, hostil." [6]

Durante as semanas seguintes, Santos ficou rapidamente conhecida como um paraíso para os fugitivos das fazendas do interior e os membros da polícia local começaram servindo como caçadores de escravos, remunerados pelos fazendeiros. As tensões foram aumentando até que, em 20 de novembro, o primeiro sangue foi vertido. No dia anterior, o chefe da polícia da província de São Paulo, Dr. Lopes dos Anjos, chegara a Santos com dezoito homens armados, sob ordens do Ministro da Agricultura, Antônio Prado, no sentido de prender fugitivos. Bem cedo na manhã seguinte, Lopes dos Anjos, já com quarenta homens armados, conduzia quatro fugitivos recapturados para a estação ferroviária quando sua força foi atacada subitamente por uma multidão de abolicionistas, incitados, segundo foi alegado, pelos maus tratamentos que os guardas dispensavam

[4] *Ibid.,* 21, 22 e 23 de outubro de 1886.
[5] Tratava-se do brilhante neto do "Patriarca da Independência Brasileira." Como professor na escola de direito de São Paulo, ajudara a inspirar o movimento de estudantes antiescravatura no final da década de 1860. Ver Capítulo 5 deste livro.
[6] *Diário de Santos,* 31 de outubro e 5 e 6 de novembro de 1886.

aos escravos. Na luta, os policiais dispararam suas armas, ferindo várias pessoas, enquanto um dos escravos, aproveitando-se da confusão, fugiu para as docas vizinhas, saltou para as águas da baía e começou nadando para a margem oposta. Aplaudido pelos espectadores no cais, o nadador foi perseguido por dois pequenos botes. Para delícia da polícia, um deles passou na dianteira do escravo, mas o desconhecido barqueiro puxou o negro para dentro do bote e começou remando vigorosamente em direção à outra margem, incitado pelos entusiásticos abolicionistas. Frustrado pela reviravolta dos acontecimentos, impotente no que se referia a recapturar seu prisioneiro, Lopes dos Anjos ordenou que seus homens dispersassem a multidão pela força. [7]

A crise em Santos durou mais quatro dias. No dia seguinte ao do incidente nas docas, duas dúzias de policiais chegaram de São Paulo e, três dias mais tarde, rumores de um ataque iminente aos escritórios do *Diário de Santos* (um perigo real à luz da destruição da redação da *Gazeta da Tarde* no ano anterior por cerca de cinqüenta "capoeiras" que a invadiram) trouxe uma multidão de mais de mil pessoas para sua defesa. [8] Com esta demonstração de determinação popular, a crise esvaiu-se, mas tornara-se aparente que a população de Santos estava compromissada com o abolicionismo. Esta informação depressa chegou aos escravos do interior e estes não tardaram a encaminharem-se às centenas para as vizinhanças do porto do café. [9]

ANTÔNIO BENTO, OS CAIFAZES E O MOVIMENTO DOS FUGITIVOS

Nos demais pontos da província, outros abolicionistas exerciam uma ação direta para acabar com a escravatura. Estes revolucionários eram encabeçados por Antônio Bento, líder do movimento provincial desde a morte de Luiz Gama, em 1882. Membro renegado da classe dos fazendeiros, fanático do abolicionismo, inspirado pela fé cristã, que Nabuco e o jornal *The Rio News* compararam com

[7] *Ibid.,* 21 e 23 de novembro de 1886; *Gazeta da Tarde,* 22 de novembro de 1886.
[8] *Gazeta da Tarde,* 5 de janeiro de 1885; *Diário de Santos,* 23 e 26 de novembro de 1886.
[9] Moraes, *A campanha abolicionista,* páginas 267-268.

John Brown, Bento era uma figura pouco ortodoxa com uma tendência para usar chapéus de aba larga e longas capas negras.[10]

Os ativistas que seguiam Bento eram chamados "caifazes", um termo derivado, provavelmente, através de uma complexa associação religiosa ou mística, de Caifaz, o alto sacerdote que entregou Jesus a Pôncio Pilatos. A chave para o uso dessa palavra por Bento, talvez se encontre em João 11:50, no qual Caifaz, numa profecia inconsciente, afirma que Jesus "deveria morrer pelo povo e que, assim, a nação inteira não pereceria." Seja qual for o significado exato do termo usado por Bento, que parece ter sido inspirado pelo simbolismo de Cristo o Redentor, ele e seus seguidores viam-se como os instrumentos da *redenção* do Brasil. Já não satisfeitos com os métodos legais, com os comícios, os desfiles e os fundos de emancipação, tinham montado. em 1886, uma organização eficaz e muito ramificada que se especializava em incitar os escravos a abandonarem as fazendas de seus donos, com ênfase, inicialmente, nas fazendas em que os escravos eram notoriamente maltratados.[11]

Instalado em algumas salas amplas emprestadas pela confraria negra de Nossa Senhora dos Remédios, no centro de São Paulo, Bento publicou um jornal, produzido rudimentarmente, que tinha o nome simbólico de *A Redempção*, uma "folha" de propaganda na qual, segundo as palavras de Evaristo de Moraes, "os factos e os homens eram... expostos como em um pelourinho, e a nú..." De gramática muito débil, este jornal paulista dirigia-se principalmente ao "Zé Povinho", mas não tardou a ser lido tanto nas "casas grandes" quanto nas senzalas. Em São Paulo, Bento mantinha uma casa de alojamentos para negros desabrigados, assinalada no exterior por um bandeira branca. Na sacristia de Nossa Senhora dos Remédios, quartel-general dos caifazes, Bento reuniu uma coleção de instrumentos que, antigamente, haviam sido usados em escravos: chicotes

10 *Ibid.*, páginas 261-262; *Rio News*, 5 de maio de 1888. Para uma descrição de Bento por um de seus seguidores, ver Bueno de Andrada, "A abolição em São Paulo", páginas 265-266.
11 *Ibid.*, página 266. Há certas provas de que, em meados de 1887, uma decisão para empregar métodos ilegais já havia sido comunicada a abolicionistas em mais do que apenas uma parte da nação, talvez por Bento ou Patrocínio. O "abolicionismo subversivo" apareceu no Paraná em junho de 1887 com o estabelecimento nessa província de uma "sociedade secreta antiescravagista," chamada significantemente Ultimatum. Os membros desta organização deviam usar pseudônimos, fazer qualquer sacrifício, obedecer todas as ordens de seus líderes e empregar a força se isso fosse necessário para alcançar os objetivos da organização. Ver Ianni, *As metamorfoses do escravo*, páginas 228-229.

de couro, coleiras, correntes, cangas e gargalheiras de ferro. Nesta casa de religião, Bento era olhado como "uma espécie de Papa que ouvia diariamente, em audiencia solemne, os seus ministros."[12]

Os homens que se juntavam a Bento vinham de todas as classes e de todos os partidos políticos, incluindo os membros negros da confraria de Nossa Senhora dos Remédios e a elite intelectual da província, ex-escravos e antigos donos de escravos e seus filhos. Participando na causa antiescravatura, havia homens que ganhavam fama em outros campos e outros que talvez tivessem permanecido desconhecidos, não fora uma breve descrição de suas atividades, que um seguidor aristocrata de Bento, Antônio Manoel Bueno de Andrada, publicou cerca de trinta anos mais tarde num jornal de São Paulo.[13]

Bento atraiu para sua causa um proprietário liberal de uma loja de louças, um pintor de altares e santos chamado "Chico Dourador", os fabricantes de charutos de uma loja de São Paulo e seus proprietários, "um ninho de caifazes", nas palavras de Bueno de Andrada, sempre disponível quando chamado a proteger escravos abrigados na sua casa ali perto. Esses seguidores incluíam o editor de um jornal abolicionista, *O Grito do Povo*, e uma brilhante equipe de escritores. O movimento também contava com estudantes da academia de direito, nomeadamente o escritor Raul Pompéia, que se especializou em incitar os republicanos esquivos a viverem abertamente segundo suas alegadas crenças. Os seguidores de Bento também incluíam comerciantes, padres, estudantes do ensino superior, oficiais do exército, funcionários de casas comerciais, tipógrafos, condutores ferroviários e até mesmo alguns membros da força policial da província.

Os caifazes recebiam tarefas correspondentes a seus talentos. Um homem cujo apelido era Antônio Paciência tinha a prática de trabalhar em fazendas até poder encontrar uma forma de colocar todo um grupo de cativos no caminho da liberdade. A especialidade de um homem chamado Antonico era infiltrar-se nos alojamentos

12 Affonso A. de Freitas, *A imprensa periódica de São Paulo desde seus primórdios em 1823 até 1915* (São Paulo, 1915), páginas 315-316. (O autor deste estudo da imprensa de São Paulo era um dos colaboradores de *A Redempção* e um membro da organização secreta de Bento, que ele descreveu.) Ver também, *Cidade do Rio*, 17 de fevereiro de 1888: Moraes, *A campanha abolicionista*, página 261; Antonio Gomes de Azevedo Sampaio, *Abolicionismo. Um paragrapho. Considerações geraes do movimento anti-esclavista e sua história limitada a Jacarehy* (São Paulo, 1890), páginas 9-10.
13 Bueno de Andrada, "A abolição em São Paulo", páginas 261-272.

dos escravos altas horas da noite e convencer seus ocupantes a fugirem, uma prática que, finalmente, lhe custou a vida. Com ramificações em muitas partes da província, com membros em instituições particulares, na burocracia do governo e até em áreas rurais, o movimento parecia invadir a sociedade paulista, embora continuasse secreto e conspiratório. "Da igreja dos Remédios," escreveu Bueno de Andrada, "a trama revolucionária ramificou-se para muitas cidades do interior. Dos centros rurais mais importantes, Antônio Bento e os redatores da 'Redenção', recebiam informações e propostas para remessa de escravos. Em Campinas, no Amparo, Casa Branca e outros pontos de aparente predomínio escravagista existiam grupos de pessoas que, sob muita reserva, conspiravam como verdadeiros 'caifazes'."[14]

Pelo menos uma descrição de uma reunião entre fugitivos e abolicionistas foi registrada. Numa noite escura, em agosto de 1887, um tal Antônio Sampaio encontrou um grande grupo de homens reunindo-se misteriosamente numa estrada do interior e decidiu que estavam roubando escravos. "A multidão veio para a rua cercando o número de 10 creaturas humanas, mulheres com creanças no colo e homens sujos, mal vestidos, trazendo nas mãos umas pequenas trouxas de roupa." Velas foram acesas e Sampaio reconheceu a maioria dos homens livres.

"— Sois todos escravos? — perguntou alguém.

"— Somos, sim senhores — responderam.

"— Quereis ser livres? — tornaram diversos.

"— Queremos, sim senhores."

A última pergunta convenceu Sampaio de que os misteriosos homens não eram ladrões de escravos e sim abolicionistas, "pois que se restituía a *cousa* furtada ao seu próprio dono."[15]

Convencer os escravos a abandonarem as fazendas foi apenas a primeira e talvez mais perigosa iniciativa dos caifazes. Uma vez que os fugitivos já se encontravam a caminho, os abolicionistas costumavam escoltá-los até um local de refúgio. A capital provincial e o porto de Santos eram os principais objetivos dos fugitivos, que viajavam a pé ou, ajudados pelo pessoal ferroviário, partiam para a liberdade nos trens de passageiros. Chegados a seus destinos, encontravam abrigo em casas particulares, armazéns, fazendas e estabelecimentos comerciais. Em Santos, onde chegavam com pouca publicidade durante os primeiros cinco meses de 1887, construíram uma cidade-favela, o quilombo de Jabaquara, em terras altas, não ocupadas, entre o mar e as montanhas — uma imensa constelação de cabanas de madeira, palha e barro, com folhas de zinco como telhados, onde não tardaram a plantar jardins e a ganhar dinheiro como carregadores de café nas docas ou através da manufatura de carvão."[16]

[14] *Ibid.*, páginas 264-270; Moraes, *A campanha abolicionista*, páginas 266-276; Freitas, *A imprensa periódica*, páginas 315-316.

[15] Sampaio, *Abolicionismo*, páginas 29-31. Grifo no original.

Antônio Bento era tão espetacular quanto José do Patrocínio. Para impelir a sociedade provincial a apoiar o crescente movimento abolicionista, apelou para poderosas tendências místicas que atingiram até a vida urbana sofisticada da capital provincial. Um exemplo, relatado por Bueno de Andrada, sugere que o líder dos caifazes era por si próprio motivado por uma religiosidade inflexível e psicótica, o que o tornou um líder particularmente eficaz durante a última e caótica fase do abolicionismo. Tendo recebido um negro torturado, que lhe fora enviado por seguidores rurais, um escravo que (foi afirmado) havia sido pendurado pelo pescoço numa corrente de ferro, com seus pés mal tocando o chão e cujas palmas da mão haviam sido furadas por uma faca, Bento decidiu apresentar a vítima numa procissão religiosa, expondo teatralmente os mais implacáveis aspectos da escravidão e identificando, ao mesmo tempo, o destino do homem torturado e os escravos da nação com o martírio de Cristo.

Bueno de Andrada descreveu a procissão fantástica e tão elaboradamente apresentada:

> *Entre os andores dos santos, suspensos em longas hastes, apareciam instrumentos de tortura: goltilhas, grilhões, cangas, relhos, etc. Na frente, debaixo da imagem lívida de Cristo crucificado, caminhava trôpego e vacilante o infeliz cativo. Nunca assisti a uma cerimônia tão triste e tão sugestiva. A impressão na cidade foi profunda! A polícia não ousou impedir a marcha da massa popular. A multidão seguia silenciosa. Todos se sentiam profundamente comovidos, menos o infeliz preto martirizado, que às dores enlouquecera.*

Segundo a mesma testemunha, esta exibição emocional "entibiou a força moral e o ânimo dos mais sanhudos escravagistas," e,

[16] Moraes, *A campanha abolicionista*, páginas 263-276; Santos, *Os republicanos paulistas*, páginas 182-183; Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, página 316; Morse, *From Community to Metropolis*, página 160; Bueno de Andrada, "A abolição em São Paulo," página 266.

desse dia em diante, os lares da cidade abriram-se a hordas de fugitivos.[17]

ESCRAVOS ABANDONAM AS FAZENDAS DE SÃO PAULO

As fugas das fazendas, uma característica que sempre fora comum na vida brasileira, começaram ocorrendo com freqüência pouco habitual em 1886, tendo-se acelerado durante os primeiros meses de 1887 e criado em junho desse ano uma ampla crise na província de São Paulo. Os proprietários de escravos, vendo suas forças de trabalho reduzidas pelas fugas em massa, começaram apelando para o governo provincial, que respondeu com ordens aos funcionários locais no sentido de garantirem o controle dos fazendeiros sobre sua propriedade humana. Frustradas por um "abolicionismo cego e apaixonado", nas palavras do jornal de Antônio Prado, o *Correio Paulistano,* as autoridades de São Paulo informaram o governo central, no início de junho, sobre a deterioração da situação e pediram auxílio militar.[18] Telegramas enviados misteriosamente a muitas pessoas e jornais, numa aparente tentativa de justificar a intervenção de forças nacionais, afirmavam que três mil negros rebeldes marchavam sobre a cidade de São Paulo. Os jornais dessa cidade referiam-se a levantes maciços em Campinas e relatavam, com mais exatidão, que dois mil fugitivos haviam encontrado refúgio em Santos.[19]

Os desmentidos das rebeliões não tardaram a seguir-se, mas o governo de Cotegipe enviou os reforços pedidos para São Paulo. O navio de guerra *Primeiro de Março,* transportando uma força naval de desembarque de cinqüenta homens partiu do Rio com destino ao porto de Santos e cinqüenta e quatro oficiais e soldados do 10.° Batalhão de Infantaria foram enviados por terra para a agitada área de São Paulo, apesar da aversão que os soldados profissionais tinham pelo papel de "sabujos". As forças nacionais foram colocadas sob o comando do presidente provincial, que foi autorizado a fazer uso total de seus poderes executivos para devolver os fugitivos a seus

[17] *Ibid.,* página 267.
[18] *Correio Paulistano,* 12 de junho de 1887.
[19] *Gazeta da Tarde,* 13 de junho de 1887; *Rio News,* 15 de junho de 1887.

donos.[20] Poucas horas depois, uma vasta força de fazendeiros e de capangas contratados, segundo foi informado, começara detendo os trens na cidade de Jundiaí e, com a autoridade concedida pelo presidente provincial, fazia com que todos os passageiros pretos e mulatos descessem das carruagens para inspeção.[21]

Em 12 de junho, o *Correio Paulistano* abrandou um pouco a crise com o desmentido das rebeliões de escravos, mas acrescentou agourentamente: "Deram-se, simplesmente, com mais frequencia, casos de fugas de escravos que, em bandos, procuravam refugio no municipio de Santos, onde contam com o acoutamento, mais difficil de ser alli descoberto e punido por motivos já conhecidos do publico..."[22] O *Diário de Santos* também revelou relutantemente que a população da cidade já se habituara à constante chegada de refugiados e que grandes números destes se encontravam, de fato, acampados nas vizinhanças. O jornal negava, contudo, que tivesse havido um súbito levante que justificasse o envio de uma força naval para o porto. A vasta população fugitiva de Santos era o resultado, afirmou, de "uma lenta emigração feita surdamente aos poucos, sem abalos e sem ruido."[23]

Queixas da imprensa contra o uso de soldados como caçadores de escravos e um pedido aberto para informação no Senado causaram explicações sobre a ação do governo, em meados de junho, por parte do novo Ministro da Agricultura, Rodrigo da Silva. Muitos proprietários de escravos de São Paulo, disse ele à Câmara, haviam concedido liberdade condicional a seus cativos, mas a transformação pacífica do sistema de trabalho fora interrompida subitamente por uma "verdadeira *gréve.*" "Alliciados" por abolicionistas, os escravos estavam abandonando as fazendas em massa. "Fogem em todas as direcções e, transportando-se nas estradas de ferro," disse o Ministro, "vão homisiar-se na cidade de Santos, onde consideram-se immunes e livres de qualquer coacção legal por parte de seus senhores." Não só o trabalho estava sendo desorganizado, mas a concentração de fugitivos em Santos também representava um "grave e

[20] *Diário de Santos,* 14 de junho de 1887; *Correio Paulistano,* 12 de junho de 1887.
[21] *A Redempção,* São Paulo, 14 de junho e 4 de agosto de 1887.
[22] *Correio Paulistano,* 12 de junho de 1887.
[23] *Diário de Santos,* 11 e 14 de junho de 1887. Santos, provavelmente, não estava inteiramente pacífico. O *Correio Paulistano* de 2 de junho de 1887, referindo-se especificamente a essa cidade, falou dos "attaques de hordas de vagabundos impellidos pela fome quando não por maus instinctos..."

imminente perigo para a ordem publica e a propriedade." Tendo recebido pedidos de ajuda de conhecidos cidadãos de Campinas, o governo enviara forças militares e navais "com o intuito exclusivo de manter a ordem publica e de tranquillizar os grandes interesses agricolas e commerciaes ora em sobresalto."[24]

As forças armadas, no entanto, já não eram capazes ou estavam dispostas a deter os fugitivos. Os escravos fugitivos eram muitos e grande parte dos soldados e oficiais já não acreditavam na legitimidade da escravatura. Acima de tudo, na realidade, os cativos já começavam sentindo que sua escravidão terminara, que já podiam abandonar seus senhores com impunidade e que outros estavam abandonando as fazendas, não só nas redondezas ou no município vizinho, mas também, talvez, nas fazendas de Pernambuco, Bahia e Maranhão e, ainda, em outros locais do norte, onde muitos deles haviam vivido. Nem mesmo a totalidade do exército brasileiro poderia ter forçado os escravos a permanecerem nas fazendas, disse um membro da Assembléia Provincial de São Paulo alguns meses mais tarde, inspirados, como estavam, em fugir e procurar a liberdade pela "clandestina propaganda dos emissários abolicionistas nos centros de maior agglomeração de escravatura..."[25]

Os escravos sempre haviam fugido, mas, de um modo geral, individualmente ou em pequenos grupos, para se juntarem a grupos maiores nas florestas ou em quilombos. Agora, porém, com uma súbita consciência do novo estado de coisas, forças de trabalho de fazendas, na sua totalidade, partiam para alguma floresta próxima, para uma cidade distante ou para um destino inteiramente desconhecido. À medida que iam fugindo cada vez mais, iam ganhando poder sobre os proprietários cujos planos dependiam de seu trabalho. Com sua decisão de fugir das fazendas e a incapacidade dos soldados e da polícia de detê-los, os proprietários não tinham outra alternativa senão aceitarem uma mudança drástica no seu relacionamento com os escravos.

Os jornais e políticos do período atribuíram a fuga em massa aos esforços dos abolicionistas. Fora a "ousada e astuta liderança de Bento nesta iniciativa de fazer fugir os escravos das fazendas," afirmou *The Rio News*, que colocara os fazendeiros de São Paulo "face a face com a alternativa de providenciarem trabalhadores livres e de libertarem voluntariamente seus escravos ou de não tardarem em

[24] *Annaes da Camara* (1887), II, 105.
[25] *Annaes da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo*. Sessão de 1888 (São Paulo, 1888), página 433.

ficar sem um só homem."[26] No entanto, mesmo sem esse encorajamento, os escravos teriam abandonado as fazendas em vastos números depois do castigo corporal ter sido banido no final de 1886, já que a tradição da fuga estava bem estabelecida e o principal obstáculo à fuga fora eliminado. Os escravos eram ajudados por abolicionistas, que viram a deserção em massa das fazendas como a única forma de acabar rapidamente com a escravatura, mas muitos escravos abandonaram seus senhores sem o incentivo abolicionista, fazendo, na realidade, o que dezenas de milhares já haviam feito antes deles e sendo encorajados por um novo clima de opinião, que deve ter penetrado até mesmo nas fazendas mais isoladas. Bento e seus seguidores tiveram influência no processo, mas foi a decisão pessoal do escravo individual, multiplicada muitas vezes, que trouxe o rápido fim do cativeiro brasileiro.

O FENÔMENO FAZENDEIRO-EMANCIPACIONISTA EM SÃO PAULO

Assim, o abandono das fazendas do café da província de São Paulo causou uma mudança fundamental no sistema de mão-de-obra. Enfrentando a perda de seus escravos e sentindo que a escravatura não tardaria a ser abolida, alguns fazendeiros decidiram, antes da crise de junho, seguir o exemplo dos proprietários do Rio Grande do Sul e conceder a liberdade provisória através de contratos de trabalho. Em junho e julho, houve uma verdadeira onda de tais manumissões em São Paulo. Um dos eminentes cidadãos que reconheceu, desse modo, o fim da escravatura foi Manuel Campos Sales, antigo deputado, líder do Partido Republicano no sétimo distrito de São Paulo e, mais tarde, presidente da República. Em 2 de junho, Campos Sales já dera um exemplo à sua comunidade com a libertação de todos os seus escravos com a condição de que o servissem por mais quatro anos,[27] e dúzias de outros fazendeiros não tardaram a fazer o mesmo.

"À primeira vista, isto parecerá ser um autêntico caso de conversão à causa emancipacionista," comentou o jornal *The Rio News*, que sempre suspeitava do pior por parte dos fazendeiros, "mas, quando os fatos são conhecidos, verifica-se que esse impulso não é nem

[26] *Rio News*, 15 de maio de 1888.
[27] *Diário de Santos*, 2 de junho de 1887.

mais nem menos do que o do medo." Apesar da ansiedade do fazendeiro paulista típico já ter sido reduzida pela chegada de muitos trabalhadores imigrantes, "ele ainda se mostra em favor de obter tudo o que puder de seu escravo." No entanto, um novo movimento surgira "entre os jovens em várias partes da província," prosseguia o jornal americano do Rio, "que não constitui nada menos do que ajudar os escravos a fugir. Os dois mil e tal fugitivos em Santos e em volta da cidade são o resultado de seu trabalho e raro é o dia em que não ajudam outros a escaparem." Estes emancipacionistas eram jovens de posição e influência "que não se assustam com ameaças ou a interferência da polícia..." Eram tão numerosos quanto bem organizados e, assim, os proprietários de escravos tinham concluído que a melhor solução seria "comprarem a imunidade, libertando seus escravos sob condições de serviço por um período limitado." São Paulo, pensava Lamoureux, seria uma província livre "antes de ter tempo para considerar a ousadia do plano que está sendo realizado."[28]

Os fazendeiros da comunidade do café de Campinas, que não se haviam mostrado dispostos a juntarem-se ao movimento de libertação até que muitos de seus escravos já os tinham abandonado, reuniram-se, finalmente, no final de agosto e início de setembro, para discutirem a libertação. Um dos resultados dessas reuniões foi uma declaração publicada que incitava à libertação provisória de escravos. O problema da extinção da escravatura, dizia essa declaração, seria melhor solucionado e mais rapidamente pelos próprios fazendeiros. *A primeira preocupação da agricultura era a estabilidade da força de trabalho, que estava sendo rapidamente induzida a fugir.* Se não fossem feitas concessões imediatamente, os escravos e os libertos continuariam abandonando seu trabalho, visto que, com a mudança do clima moral, a polícia já não os podia deter. Os proprietários já não contavam com o apoio da opinião pública e as pessoas que não possuíam escravos olhavam com indiferença a fuga dos cativos. Se os escravos fossem libertados com a condição de trabalharem por mais algum tempo, seria possível confiar nas autoridades locais no que se referia a fazê-los trabalhar. Um espírito de ordem pública não permitiria que intrusos induzissem homens "livres" a fugir.

Concordando com estes princípios, os fazendeiros de Campinas resolveram, em 4 de setembro, conceder a liberdade condicional a

[28] *Rio News,* 15 de julho de 1887.

seus escravos com a obrigação de que estes os servissem até o final de 1890, um período de mais de três anos. Além disto, prepararam uma petição à Câmara Municipal no sentido de legislar regulamentos impondo termos de prisão de um ou dois meses a pessoas que induzissem os libertos a esquecer suas obrigações de trabalho.[29]

Enquanto os fazendeiros de toda a província de São Paulo continuavam concedendo a emancipação condicional e os escravos persistiam em ganhar a liberdade total, os principais líderes políticos da província convertiam-se subitamente ao abolicionismo. A mais espetacular mudança de coração foi a do próprio Antônio Prado, incessante alvo dos insultos abolicionistas e autor do infamante "Regulmento Negro", um "novo Jefferson Davis" não muitos meses antes, nas palavras do jornal abolicionista *Gazeta da Tarde.*[30] O mergulho de Prado no movimento de libertação, que, segundo Nabuco, quebrou a sólida resistência que o sul opunha à abolição,[31] ocorreu no Senado em 13 de setembro. Nesse dia, Prado denunciou uma petição à Câmara, assinada pelos fazendeiros de Campinas, pedindo medidas enérgicas para forçar o regresso de muitos dos escravos da comunidade que se haviam refugiado em Santos. Tendo prometido algumas semanas antes libertar todos os seus escravos no final de 1889, Prado comparou a continuação das dificuldades de alguns fazendeiros de Campinas, que haviam sido relutantes em libertarem seus escravos, com a situação, muito melhor, de outros fazendeiros de São Paulo que já o haviam feito e estavam contratando trabalhadores livres, concluindo que a agitação na sua província só poderia acabar com a manumissão provisória. O próprio governo, advertiu ele, teria de considerar eventualmente uma nova reforma da escravatura ou, então, perderia seu apoio.[32]

conversão de A. Prado

1887

O Barão de Cotegipe respondeu-lhe com elogios aos fazendeiros que concediam a liberdade provisória, mas recordou a seu novo oponente que nem todos os proprietários de escravos se encontravam nas mesmas circunstâncias. Quatro dias mais tarde, o Senador João Alfredo Correia de Oliveira, um conservador preeminente de Pernambuco juntou-se à defecção de Prado. Qualquer projeto para abolir a escravatura, anunciou ele no Senado, *"especialmente se*

[29] Godoy, *O elemento servil,* páginas 45-49; *South American Journal,* 15 de outubro de 1887.
[30] *Gazeta da Tarde,* 6 de março de 1886.
[31] Nabuco, *Minha formação,* página 169.
[32] *Annaes do Senado* (1887), V, 145-147; *South American Journal,* 6 de agosto de 1887.

fosse a ultima palavra sobre o assunto", teria seu sincero e dedicado apoio.[33]

O Partido Conservador, quase monolítico na questão da escravatura desde os tempos de Rio Branco, fora, finalmente, dividido de um modo muito severo — tal como o Partido Liberal o fora antes dele — por diversidade de circunstâncias nas províncias. Conforme a *Gazeta da Tarde* comentou, Cotegipe não podia concordar com seus dois amigos de ontem (Prado e João Alfredo) porque fazer isso perder-lhe-ia o importante apoio de Paulino de Souza e outros líderes políticos da província do Rio de Janeiro.[34] Havia, até, um certo humor na situação. Comentando sobre as atitudes tão rapidamente cambiantes de políticos como Antônio Prado, um jornal do Rio Grande do Sul fez a previsão, no final de setembro, de que "qualquer dia, veremos o Sr. Andrade Figueira fazer conferências no Polytheama, ao lado dos Srs. José do Patrocinio, Ruy Barbosa e Joaquim Nabuco."[35] Assim, a nova situação em São Paulo trouxera Antônio Prado, antigamente um dos mais notórios políticos pró-escravatura das províncias do café, para as fileiras dos emancipacionistas. Mas Prado não estava só. As novas atitudes dos fazendeiros paulistas refletiram-se num projeto legislativo que outro senador dessa província, Floriano de Godoy, introduziu na câmara alta no final de setembro. Este projeto "radical" teria abolido imediatamente a escravatura em todo o Império, mas obrigava os libertos a trabalharem para seus senhores por mais três anos. Certas cláusulas adicionais tinham por objetivo impor a obrigação de trabalho por meio de sentenças de prisão e de pesadas multas aplicadas aos libertos que não cumprissem com seu dever e a pessoas que os encorajassem a abandonar seus locais de trabalho — uma solução muito semelhante à decidida pelos fazendeiros de Campinas.[36]

O emancipacionismo dos fazendeiros, no entanto, não satisfez os escravos, que continuaram abandonando as fazendas em busca de uma liberdade imediata, conscientes de que a prometida libertação era "apenas um logro para demorá-los na escravidão" num período em que as circunstâncias já os teriam libertado dessa condição.[37] O êxodo em massa, inevitavelmente, trouxe violência, seguida por concessões ainda maiores por parte dos fazendeiros de São Paulo,

33 Barão de Cotegipe, *Fuga de escravos em Campinas* (Rio de Janeiro, 1887), páginas 5-6; *Annaes do Senado* (1887), V, 229. Grifo acrescentado.
34 *Gazeta da Tarde*, 21 de setembro de 1887.
35 *Correio Mercantil*, Pelotas, 23 de setembro de 1887.
36 Godoy, *O elemento servil*, páginas 33-34.
37 Bastide e Fernandes, *Brancos e negros*, página 51.

cujo interesse em restaurar a ordem era uma consideração muito poderosa nos últimos meses de 1887.

Em meados de outubro, cerca de 150 homens, mulheres e crianças, armados com pistolas, facas e machados, fugiram de uma fazenda no município de Capivarí, perto da cidade de Itu, chefiados por um negro chamado Pio. A batalha que se seguiu contra a polícia, que causou a morte de um dos perseguidores e muitos feridos de ambos os lados, terminou com uma vitória para os escravos, que dominaram seus oponentes, os despiram e espancaram. Relatórios telegráficos frenéticos sobre o incidente convenceram o governo central da necessidade de enviar mais uma unidade do exército para a turbulenta província de São Paulo e, assim, cinqüenta homens foram destacados para a sitiada cidade de Itu. Contudo, antes dos soldados terem alcançado a cena do incidente, o bando de fugitivos já deixara a cidade, a caminho de Santos, atravessando-a calmamente e sem ofensa a seus assustados habitantes. Tendo recebido ordens para capturar os fugitivos, vivos ou mortos, e para bloquear seu acesso a Santos por quaisquer meios, uma força armada colocou-se numa posição em Cubatão na estrada que conduzia ao porto. Alguns dias mais tarde, tendo perdido pelo menos um de seus homens, o destacamento regressou à capital provincial com treze dos fugitivos, que se haviam rendido devido à falta de alimento. A maioria dos outros, porém, "caçados como feras", haviam sido mortos "sem piedade" ou tinham-se refugiado nas florestas vizinhas, e um telegrama de Santos informou que trinta escravos de Capivarí haviam chegado à cidade "sãos e salvos" e que "um grande banquete abolicionista" fora realizado no vizinho quilombo de Jabaquara.[38] Também se verificou um surto de violência na cidade de São Paulo em outubro quando a polícia teve um choque com negros reunidos para um festival na igreja de São Francisco. No dia seguinte, várias pessoas brandindo cacetes atacaram a polícia, enquanto negros, gritando "Morte aos escravagistas!" e louvando a liberdade, apedrejaram os soldados que guardavam a entrada do palácio governamental.[39]

Os acontecimentos em São Paulo fizeram com que mais um poderoso grupo político retirasse seu apoio ao sistema escravocrata, um apoio que, de resto, só fora dado com relutância. *O Paiz* infor-

38 *Cidade do Rio*, 19 e 20 de outubro de 1887; *Gazeta da Tarde*, 20, 21, 22 e 25 de outubro de 1887; Bueno de Andrada, "A abolição em São Paulo", páginas 271-272.
39 Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, páginas 320-321.

mou, em 25 de outubro, poucos dias após o incidente em Itu, de que o Marechal Deodoro da Fonseca, presidente do poderoso Club Militar, apresentaria uma petição ao General Comandante do Exército para entrega à Princesa Isabel, então atuando como Regente, durante a ausência de seu pai na Europa. A mensagem, publicada nesse mesmo dia em *O Paiz*, pedia à princesa que poupasse o exército da humilhante tarefa de perseguir escravos fugitivos. Sancionada pelos membros do Club Militar, a petição salientava a boa vontade do exército em manter a ordem no caso de revoltas de escravos, mas pedia respeitosamente que os soldados não fossem destacados para capturar escravos que fugiam pacificamente dos horrores da escravidão.[40]

O General Comandante recusou-se a entregar a petição à Princesa devido a razões técnicas, mas a posição dos oficiais foi amplamente divulgada. Os soldados continuaram sendo enviados para locais onde os escravos andavam fugidos, mas não receavam manifestar sua má vontade em capturar fugitivos. O comandante de uma unidade do exército enviada para uma comunidade da província de São Paulo no início de 1888 concordou com manter a ordem, mas declinou abertamente capturar escravos. Uma força destacada para a cidade de Araras, na mesma província, também no início de 1888, juntou-se aos caçadores de escravos e capangas armados, que bloqueavam as estradas e detinham trens em busca de fugitivos, mas os soldados deram a conhecer sua repugnância por uma tal missão.[41] Alguns oficiais não simpatizvam com o abolicionismo, mas o papel do caçador de escravos era perigoso, pouco popular, inglório e crescentemente fútil; assim, qualquer esperança de que os militares apoiassem vigorosamente o sistema escravocrata já se esvaíra nos meses finais de 1887.[42]

No final de novembro e início de dezembro, a agitação parecia aumentar em São Paulo. Os jornais publicavam relatos cotidianos de escravos abandonando fazendas, alguns deles armados. Em certos pontos, os fugitivos saqueavam e assaltavam nas estradas, recusando trabalhar. As unidades do exército enviadas para controlá-

[40] *O Paiz*, 25 de outubro de 1887.
[41] *Cidade do Rio*, 30 de outubro e 1 de dezembro de 1887; 23 de janeiro de 1888; *O Pirassinunga*, São Paulo, 5 de fevereiro de 1888.
[42] Para uma análise da posição do exército nos últimos meses da escravatura, ver Toplin, "The Movement", páginas 186-189. Para a opinião de que a participação de antigos escravos na Guerra do Paraguai minara a ideologia da escravatura, particularmente entre os militares, ver Ianni, *As metamorfoses do escravo*, páginas 217-218.

los nada fizeram. Em 22 de novembro, o Barão de Serra Negra libertou mais de quatrocentos escravos com contratos de três anos, esperando, sem dúvida, que isto contentasse suas exigências e os conservasse pacificamente no trabalho, mas três semanas mais tarde esses escravos estavam cercando a "casa de morada" e o próprio barão só conseguiu escapar com vida devido à ajuda de "escravos fiéis", que repeliram o ataque dos rebeldes.[43]

Em resposta à crescente agitação, os líderes políticos de São Paulo começaram planejando uma transformação completa do sistema de trabalho nos últimos meses de 1887. As mudanças previstas incluíam melhorias nas condições de trabalho e de vida, bem como a concessão de salários — tudo para o propósito de manter os escravos no trabalho. O *Correio Paulistano* tomou a iniciativa em 11 de novembro, recomendando que os fazendeiros se ajustassem às novas condições, para seu próprio benefício. Seria melhor, perguntou o jornal de Prado, que os fazendeiros conservassem o sistema de trabalho não remunerado e vissem suas fazendas vazias de escravos ou que concedessem salários a seus trabalhadores e assegurassem sua presença?[44] Dois dias depois deste artigo ser publicado, cerca de vinte plantadores de café preeminentes, incluindo representantes dos três principais partidos políticos, donos de um total de 2.500 escravos, concordaram com estabelecer uma sociedade de fazendeiros para o propósito específico de promover a emancipação de todos os escravos na província até dezembro de 1890. Tendo-se reunido na capital provincial, nomearam uma comissão de cinco membros, incluindo Antônio Prado, para que preparasse os estatutos da nova organização, com um comício público tendo sido marcado para 15 de dezembro para o estabelecimento definitivo "da grande associação libertadora da província."[45]

À medida que os dias passavam, ia-se tornando mais aparente que a sociedade de emancipação dos fazendeiros tencionava efetuar mudanças significantes nas condições dos trabalhadores das fazendas. Em 27 de novembro, o *Correio Paulistano* propôs um curso de ação que incluía não só a liberdade condicional (com o período de trabalho não excedendo três anos), mas também a "fixação de um salário módico, desde já" a ser pago aos libertos que permanecessem pacificamente no trabalho durante a totalidade do período de

[43] *Correio Paulistano*, 22, 27 e 28 de novembro e 13 de dezembro de 1887.
[44] *Ibid.*, 11 de novembro de 1887.
[45] *Gazeta da Tarde*, 14 de novembro de 1887; *South American Journal*, 10 de dezembro de 1887. Os organizadores incluíam Leôncio de Carvalho (liberal), Rafael de Barros (republicano) e Antônio Prado (conservador).

serviço adicional. Pedindo um sistema de trabalho compatível com a condição do trabalhador livre, o órgão do Partido Conservador advertiu que as reformas teriam de vir depressa "antes que o exemplo das fugas bem succedidas possa influir no animo dos escravos das fazendas dos municipios vizinhos." [46]

Conforme programado, em 15 de dezembro, mais de 50 fazendeiros e os representantes de pelo menos outros 156 — os proprietários de quase 7 mil escravos — reuniram-se em São Paulo. O jornal de Prado deu uma lista de 199 nomes de pessoas que assinaram o livro de inscrição como membro da sociedade, 24 dos quais tinham um total de 2.755 escravos. A lista incluía muitos representantes das poderosas famílias Souza Queiroz, Prado e Barros. [47] Um dos principais objetivos do comício era tornar o público e talvez até os próprios escravos conscientes de que os senhores se estavam reunindo para discutir a emancipação e, assim, as conferências foram abertas ao público. A nova sociedade tinha dois objetivos primordiais, segundo o principal orador, Antônio Prado: a emancipação de todos os escravos da província de São Paulo até o final de 1890 e a modificação do sistema de mão-de-obra agrícola nas fazendas, a fim de assegurar que os libertos permanecessem no trabalho pelo menos durante o período de transição da escravidão para o trabalho livre incondicional.

A única fonte de conflito entre os proprietários presentes era se a emancipação seria total e imediata ou provisória. Campos Sales e alguns de seus seguidores favoreciam a emancipação imediata. Prado, contudo, argumentou que obrigar os escravos a trabalharem durante um período adicional constituía uma política flexível. Se as circunstâncias econômicas ou outras mudanças imprevistas exigissem um período mais curto ou até a emancipação imediata e sem condições, "os nossos esforços convergerão para esse objectivo." Um dos propósitos mais importantes da organização era, de fato, promover a liberdade de todos os escravos da província através do instrumento da propaganda organizada.

Segundo Prado, conservar os libertos nas fazendas e evitar a desordem pública geral eram as principais preocupações dos fazendeiros de São Paulo e os mais importantes objetivos da nova associação, recomendando as maneiras de alcançar essas metas. A mera concessão de liberdade, condicional ou absoluta, não resolvia só

[46] *Correio Paulistano*, 27 de novembro de 1887.
[47] *Ibid.*, 17 de dezembro de 1887.

por si os problemas econômicos dos fazendeiros, disse Prado. A libertação sem concessões adicionais "não assegura a permanência do trabalho do liberto." O desejo de *direitos* de homens livres, que os trabalhadores manifestavam por meio de sua fuga, era natural e a razão, por conseguinte, aconselhava a conceder essas prerrogativas: "Retribuindo-lhe o trabalho pelo salario e modificando o regimen, e diminuindo-lhe as horas de trabalho, abolindo completamente os castigos, dando-lhe melhor alimentação e melhor vestuario, deixando-o, enfim, de considerar como uma simples machina de trabalho."

Para obter a necessária reforma econômica e social sem desordem e sacrifício econômicos, advertiu Prado, seriam necessárias prudência e firmeza. A alternativa para esta ação seria mais desordem e talvez até dificuldades insuperáveis. Nas circunstâncias, seria uma loucura, advertiu ele, para o fazendeiro

> *cruzar os braços para assistir ao triste espectaculo do abandono das fazendas, do aniquilamento das colheitas e, talvez, da destruição das propriedades... É para lastimar que á iniciativa patriotica dos fazendeiros da provincia de São Paulo, a esta eloquente demonstração da pujança dos seus esforços em vencer as difficuldades da situação, se opponham os perturbadores da ordem, ou os especuladores da sorte dos infelizes escravos, que, illudidos, deixam o trabalho das fazendas, onde podiam gozar em paz das vantagens e regalias da sua nova condição, para serem abandonados nas estradas publicas entregues á miseria e á fome, primeiros castigos de sua negra ingratidão para com os seus ex-senhores."*

Uma pequena facção de fazendeiros, chefiados por Campos Sales, declinou apoiar o movimento com base no fato de que a única maneira de alcançar a emancipação total e, ao mesmo tempo, conservar os libertos no trabalho seria a libertação imediata e sem condições. Contudo, a maioria dos fazendeiros presentes na reunião juntaram-se à associação, colocando a mais rica província do Brasil firmemente no lado de uma rápida solução para a questão da escravatura com a cooperação de muitos dos seus mais poderosos e influentes cidadãos. [48]

Imediatamente após a reunião, muitos fazendeiros tomaram medidas para converter seus estabelecimentos para o trabalho livre. Dois dias depois, a poderosa família Souza Queiroz já anunciara a libertação de todos os seus escravos, enquanto Campos Sales, afirmou-se de novo, já fizera o mesmo. Os fazendeiros que ainda não haviam

[48] "Reunião dos proprietários de escravos em S. Paulo para tratar da libertação dos mesmos em 15 de Dezembro de 1887", *in* Godoy, *O elemento servil*, páginas 621-632.

inscrito seus nomes no livro da sociedade de emancipação apressaram-se a fazê-lo. Muitos dos fazendeiros da região oeste da província de São Paulo concordaram com aquilo que fora estabelecido pela sociedade e todos os proprietários do município de Jaú, no nordeste da província, decidiram imediatamente libertar todos seus escravos em 1889. Nos dias seguintes à reunião, os jornais do Rio publicaram muitos telegramas de São Paulo, relatando o rápido progresso do movimento de libertação. [49]

Apesar da campanha para a emancipação ter provocado críticas e até divisões dentro do Partido Conservador paulista, a emergência converteu até mesmo teimosos como Moreira de Barros à solução de Antônio Prado. Como os escravos persistiam em abandonar as fazendas, os proprietários começaram dando instruções aos capatazes para que lhes permitissem mover-se em liberdade, esperando que os trabalhadores, já sem restrições, regressariam ou que os escravos de outras fazendas, famintos e cansados de caminhar, apareceriam em busca de emprego remunerado. Nas semanas que se seguiram à reunião de 15 de dezembro, os trens continuavam sendo detidos e revistados, com os escravos fugitivos sendo procurados, mas, em certos casos, apenas para lhes oferecer trabalho remunerado em fazendas.

Desesperados por trabalhadores, os fazendeiros estavam até dispostos a negociar com Antônio Bento "para o emprego de fugitivos a um preço justo". Bueno de Andrada descreveu esse arranjo, que foi concebido depois das cidades de Santos e de São Paulo estarem invadidas por fugitivos desempregados:

> *Antônio Bento, então, enveredou por um caminho revolucionário, mais original. Combinou com alguns fazendeiros, dos quais havia já despovoado as roças, para receberem escravos retirados de outros donos. Cada trabalhador adventício receberia de seus novos patrões o salário de 400 réis diários. O processo, sem perturbar completamente a lavoura, libertou turmas e turmas de escravizados e interessou muitos fazendeiros na vitória das nossas idéias... Foi uma bela idéia!*

Segundo este participante, que conduziu ele mesmo os proprietários a Bento para as negociações, na data da abolição mais de um terço das fazendas da província de São Paulo já estavam sendo trabalhadas por "escravos" que haviam abandonado outras propriedades. [50] Para

[49] *Cidade do Rio*, 16 e 17 de dezembro de 1887; *Gazeta da Tarde*, 17 de dezembro de 1887.
[50] *Ibid.*, 31 de janeiro e 9 de março de 1888; *Cidade do Rio*, 5 de janeiro de 1888; *Gazeta do Povo*, São Paulo, 9 de janeiro de 1888; *Rio News*,

os plantadores de café, é claro, este arranjo era vantajoso, já que, a 400 reis por dia, talvez mesmo uma escala temporária de salário, a renda anual do trabalhador recentemente libertado era mais ou menos o equivalente do valor de três sacas de café, talvez um oitavo da sua capacidade produtiva.

Durante algumas semanas em dezembro e janeiro, houve razões para duvidar do sucesso do emancipacionismo dos fazendeiros, mas, em fevereiro, já era aparente que estava funcionando conforme previsto. Muitos dos libertos e fugitivos estavam regressando ao trabalho ou encontrando emprego assalariado em fazendas de outros lugares, com um município, segundo foi alegado, tendo feito a transição para o trabalho livre sem a perda de um só trabalhador. Os fazendeiros, na sua maioria, haviam aceito a solução de Prado, mas aqueles que não o fizeram encontraram-se com suas roças inteiramente desertas. [51]

Muitos dos proprietários libertaram seus escravos com a condição de que eles só ajudariam durante a próxima colheita e alguns não estabeleceram condições algumas. Numa fazenda de Campinas, os proprietários libertaram seus escravos incondicionalmente, oferecendo-lhes vantagens iguais às dos novos trabalhadores italianos. Isto, segundo o novo jornal diário de José do Patrocínio, *Cidade do Rio*, trouxe manifestações de alegria por parte de todos os libertos, que declararam imediatamente sua decisão de ficarem na fazenda e pediram a autorização para adotarem o nome Carvalho, "em signal de eterna gratidão para com os ex-senhores." Seguiu-se uma festa e os fazendeiros, Leôncio e o Dr. França Carvalho, "foram muito victoriados pelos libertos e immigrantes italianos." [52]

Apesar de tais exemplos de cordialidade, a província de São Paulo não foi poupada de violência nos últimos meses da escravatura. [53] No começo de janeiro de 1888, quando um grupo de libertos fugitivos estavam sendo levados para a cidade de Piracicaba, depois de terem sido retirados de um trem, foram salvos no seu destino por uma multidão de simpatizantes e seus guardas foram

5 de maio de 1888; Bueno de Andrada, "A abolição em São Paulo", página 267; Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*, página 323.
[51] *Ibid.*, página 324; *Rio News*, 5 de fevereiro de 1885; *Correio Paulistano*, 21 de fevereiro de 1888.
[52] *Cidade do Rio*, 13 de fevereiro de 1888.
[53] Para uma descrição excitante dos distúrbios em São Paulo durante este período, ver Robert Brent Toplin, "Upheaval, Violence, and the Abolition of Slavery in Brazil," *HAHR*, XLIX (novembro de 1969), 639-655. Ver também seu livro, recentemente publicado, *The Abolition of Slavery in Brazil* (Nova York, 1972).

muito maltratados na luta. No dia seguinte, mais de mil negros percorreram as ruas da cidade, provocando desordens. Houve troca de tiros e algumas pessoas foram feridas. Em Campinas, os abolicionistas que perturbavam o trabalho dos caçadores de fugitivos foram dispersados pela polícia, mas atacaram, depois, uma prisão local e trocaram tiros com a polícia até altas horas da noite.[54]

Um dos piores incidentes envolveu dois norte-americanos, James Ox Warne e John Jackson Clink, veteranos do Exército Confederado dos Estados Unidos, que haviam emigrado para o Brasil, como o tinham feito muitos sulistas depois da Guerra Civil. Em meados de fevereiro de 1888, Warne e Clink convenceram os fazendeiros da cidade de Penha do Rio do Peixe a vingarem-se de um delegado da polícia local que se recusara a capturar fugitivos, incitando-os com insinuações de superioridade do norte. Os brasileiros têm "sangue de barata", foi o que, segundo uma acusação, mais tarde, Clink dissera à multidão. Pedindo "rios de sangue," esse norte-americano afirmou que " em qualquer outro paiz", os acontecimentos como os que estavam ocorrendo no Brasil teriam provocado uma revolução. Incitados por esta invectiva, cento e quarenta fazendeiros e capangas invadiram a casa do funcionário da polícia depois da noite cair e "mataram-no a sangue frio." Uma testemunha afirmou, mais tarde, que Warne "parecia tomado de furia louca... chegando até, depois de inanimada a victima, a esporeál-a com phrenesi..."[55]

Tais atrocidades foram excepcionais. Uma certa violência acompanhou a libertação de mais de cem mil escravos na província de São Paulo, mas essa libertação foi realizada com alguma boa vontade e tolerância de ambos os lados. Um importante levante social transformara o sistema de trabalho da província em poucos meses com pouca perda de vidas e de propriedade, em parte devido à oportuna chegada dos imigrantes italianos. Sua chegada, contudo, foi menos importante como uma causa do emancipacionismo dos fazendeiros do que como uma solução feliz para a súbita crise de mão-de-obra, que não se esperara ocorrer antes de mais cinco ou dez anos. Apesar dos dois acontecimentos estarem ligados entre si, foi a fuga dos escravos, mais do que a chegada dos italianos, que convenceu, finalmente, os senhores de São Paulo de que o momento da libertação já chegara.[56] Os proprietários de escravos ainda não estavam prontos para efetuar uma rápida transição para o trabalho livre e hesitaram ou concederam liberdade condicional, enquanto, ao mesmo tempo, pediam a ajuda do governo central para restauração da ordem e do sistema de trabalho. Só quando compreenderam — e chegaram a essa conclusão muito relutantemente — que nada, a não ser a libertação total, solucionaria seu problema é que se converteram inteiramente ao abolicionismo. Este, contudo, foi um tipo de abolição muito diferente daquele que fora imaginado por Luiz Gama, Antônio Bento ou Joaquim Nabuco. Tal como um autor brasileiro moderno explicou, o emancipacionismo dos fazendeiros de São Paulo não foi um ato de generosidade, mas sim uma tentativa de defender interesses econômicos ameaçados, um esforço (e, sem dúvida, bem sucedido) para apanhar as migalhas de um sistema em desintegração.[57]

OS ITALIANOS NAS FAZENDAS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

ANTES de a escravatura brasileira ser abolida nacionalmente, a conversão para um sistema de trabalho livre já ocorrera, portanto, na província de São Paulo e as perspectivas eram boas no que se referia à rápida recuperação de uma economia estropiada apenas superficialmente pela perturbação. Os fazendeiros haviam sucumbido ante a nova realidade, em grande parte devido à liderança de Antônio Prado, mas um seu irmão mais jovem, Martinho Prado, um preeminente fazendeiro republicano, fizera muito para suavizar o há muito esperado golpe na agricultura por meio da promoção ativa da imigração italiana.

Em 1884, a riqueza de São Paulo já gerara uma migração por terra de trabalhadores brasileiros para as zonas do café, induzidos pelas oportunidades que Martinho Prado esperava que também motivassem os europeus.[58] Entre 1885 e 1887, preparando-se para o

[54] *Coreio Paulistano*, 12 de janeiro de 1888; *Cidade do Rio*, 24 de janeiro de 1888.

[55] *Jornal do Commercio*, 21 de fevereiro de 1888; *Cidade do Rio*, 25 de fevereiro de 1888; *O Pirassinunga* de 19 de fevereiro afirmou que o presidente da província (mais tarde presidente do Brasil), Francisco de Paula Rodrigues Alves, ordenara especificamente ao delegado da polícia que caçasse fugitivos e que a sua recusa de fazê-lo provocara o ataque e o assassinato.

[56] Para a opinião de que a mudança de Prado para o abolicionismo foi motivada principalmente pelo sucesso da imigração, ver Beiguelman, *Formação do povo*, páginas 67-68.

[57] Luiz Luna, *O negro na luta*, página 115.

[58] Prado Jr., *Circular*, páginas 14-15, 23-24.

inevitável fim da escravatura, o jovem Prado ajudara a organizar a Sociedade Promotora de Immigração. Esta era uma associação bem financiada que se beneficiava da cooperação do presidente provincial e cuja intenção era solucionar a crise vindoura de mão-de-obra através de um esforço sério na promoção da imigração. Cerca do final de 1886, Martinho Prado já se estava preparando para publicar sessenta mil exemplares de um folheto em italiano, alemão e português que tinha por fim dar aos possíveis imigrantes da Europa algum conhecimento de São Paulo e de seus atrativos, um projeto amplamente subsidiado pelo Tesouro Nacional através de uma verba autorizada por Antônio Prado. [59] Tendo viajado para a Europa, Martinho Prado convencera o governo italiano das intenções sérias da Sociedade Promotora e incitara pessoalmente os italianos a viajarem para São Paulo. [60] Os diretores da nova sociedade de imigração usaram sua influência para obter um contrato do governo provincial para transportarem imigrantes para o Brasil e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (uma companhia da qual Martinho Prado era sócio) concordou com dar-lhes transporte de graça, por terra, até às comunidades das fazendas. [61]

Em agosto de 1886, sem quaisquer facilidades no porto de Santos para os recém-chegados, os italianos tinham de dormir nas ruas mas, em junho de 1887, novos imigrantes, estes mais afortunados, já eram alojados numa hospedaria do governo construída para esse fim, onde mais de mil imigrantes encontraram um abrigo temporário durante as duas semanas após sua inauguração. Mais ou menos nessa época, o governo brasileiro ordenou a construção de outra hospedaria para imigrantes em Ribeirão Preto, no extremo norte da província, perto do terminal da estrada de ferro paulista. Em meados de 1887, quando os escravos fugitivos desciam das terras altas da província de São Paulo para procurarem refúgio na cidade-favela de Jabaquara, junto a Santos, os imigrantes italianos estavam

[59] *Diário de Santos,* 18 de agosto de 1886; *South American Journal,* 21 de agosto e 27 de novembro de 1886; Morse, *From Community to Metropolis,* páginas 161, 171. Prado também conseguiu que os vistos dos imigrantes fossem concedidos de graça. *South American Journal,* 14 de maio de 1887.
[60] *Diário de Santos,* 16 de fevereiro de 1886; *Correio Paulistano,* 24 de junho de 1887. O historiador Caio Prado Jr., neto de Martinho Prado Jr., informou o autor, em 1966, de que seu avô falava o italiano fluentemente e até fizera discursos em praças públicas da Itália para promover a imigração italiana para São Paulo.
[61] *Jornal do Commercio,* 14 de fevereiro de 1887; *Correio Paulistano,* 17 de setembro de 1887; *Diário de Santos,* 16 de fevereiro de 1887.

partindo de sua moderna hospedaria para fixarem residência nas fazendas abandonadas recentemente pelos fugitivos negros. [62]

Enquanto a crise da escravatura piorou, o número de italianos que chegavam para trabalhar nas fazendas aumentava. A fim de apressar sua rápida absorção na economia, a Sociedade Promotora começou, em julho de 1887, a publicar anúncios diários no *Correio Paulistano* para informar os plantadores de café de sua concessão e pedir-lhes que apresentassem seus pedidos de trabalhadores diretamente à organização, com suas necessidades sendo servidas pela ordem da recepção dos pedidos. Estes anúncios eram assinados por Martinho Prado Jr., Nicoláo de Souza Queiroz e Raphael A. Paes de Barros, representantes de três poderosas famílias paulistas. A muito bem sucedida Sociedade Promotora ajudou a aumentar o nível da imigração para São Paulo de 6.500 em 1885 para mais de 32 mil imigrantes em 1887, tornando mais aceitável para os plantadores de café, sem dúvida a drástica solução para o problema da escravatura. Em março de 1888, a Assembléia Provincial de São Paulo concedeu um monopólio de quinze anos à Companhia Nacional de Navegação a Vapor entre o Brasil e a Europa para contratar e transportar imigrantes da Europa para São Paulo. Nesse mesmo ano, mais de 90 mil europeus entraram na província, um número que não estava muito longe dos 107.329 escravos que haviam sido registrados nessa província em 1887. Com esta chegada de imigrantes, a produção de café depressa voltou aos seus níveis anteriores e, depois, aumentou muito de maneira a criar um problema de produção excessiva. [63]

A EXPERIÊNCIA É BEM SUCEDIDA

Em fevereiro e março de 1888, São Paulo já se colocara na vanguarda do abolicionismo e exudava otimismo ante suas realizações e suas perspectivas econômicas. Em resposta a declarações pessimistas publicadas no jornal pró-escravatura *Novidades* referentes ao movimento paulista de libertação, o *Correio Paulistano* traçou uma imagem quase idílica das condições na província. A escravidão

[62] *Ibid.,* 25 de agosto de 1886; *Correio Paulistano,* 11 e 18 de junho de 1887; *South American Journal,* 14 de maio de 1887.
[63] *Annaes da Assemblea Legislativa Provincial de São Paulo. Sessão de 1888,* página 75; *Correio Paulistano,* 14 de março de 1888; Taunay, *Pequena história do café,* páginas 548-549; Smith, *Brazil,* páginas 122-124; *Relatorio do Ministerio da Agricultura,* 14 de maio de 1888, página 24.

fora erradicada em municípios inteiros e, em outros, o número de escravos que ainda era insignificante. A agricultura quase não fora perturbada; a confiança era grande. Os libertos estavam trabalhando e, ao contrário do que se afirmara, não haviam invadido as cidades.[64] Os fazendeiros estavam morando nas suas fazendas, com suas famílias, numa segurança completa, enquanto as safras de café e de cereais cresciam e amadureciam em sua volta. As estradas de ferro estavam funcionando normalmente e novas linhas estavam sendo planejadas. Novos bancos eram abertos e concediam crédito. Os imigrantes chegavam aos milhares e encontravam trabalho. A tarefa da emancipação não detera a marcha do progresso em São Paulo.[65]

Observando os resultados da transformação, até mesmo os mais persistentes escravagistas iam-se tornando propagandistas da liberdade. Em março, um fazendeiro de São Paulo que, antes, fora muito teimoso declarou numa carta a um amigo que, ao contrário do que julgara, a emancipação não causara escassez de trabalhadores nas propriedades agrícolas. O mês de fevereiro fora um período de amargura e terror em São Paulo, já que quatro quintos das fazendas estavam abandonados, "procurando os negros as cidades, ou alliciadores malévolos." Lentamente, contudo, os antigos escravos haviam voltado ao trabalho e, em março, já estavam todos "mais ou menos arrumados." As perdas materiais não seriam grandes, afirmou ele, não sendo de esperar que houvesse escassez de mão-de-obra.

Deves lembar-te que o meu grande argumento de escravista era que o corpo escravo era o unico com que podiamos contar para o trabalho constante e indispensavel do agricultor, (prosseguiu este fazendeiro otimista), e que se este pudesse contar sempre com trabalhadores livres, de boa vontade sacrificaria o escravo... Pois bem, os teus patricios que percam este receio. Trabalhadores não faltam a quem os sabe procurar. Primeiramente, temos os proprios escravos, que não se derretem e nem desapparecem, e que precisam de viver e de alimentar-se, e, portanto, de trabalhar, cousa que elles comprehendem em breve prazo. Depois, temos um corpo enorme de trabalhadores, com que não contavamos. Não alludo ao imigrante que felizmente hoje nos procura com abundancia, alludo ao brazileiro, preguiçoso hontem e vivendo das aparas do serviço escravo e da benevolencia do proprietario rural, ao qual fazia a corte na qualidade de aggregado, capanga ou outra qualquer cousa. Este brazileiro lança-se hoje valentemente ao trabalho, ou porque este se nobilitasse com a liberdade, ou porque lhe tivessem faltado aquelles recursos anteriores. É o que aqui estamos vendo... Muita gente, que vivia de quatro pés de feijão e de uma quarta de milho, entra hoje no serviço do cafezal e do terreiro com satisfação, e os que tenho recebido accomodam-se perfeitamente nas antigas salas dos esaravos.

[64] A maioria dos libertos estavam trabalhando, afirmou *O Pirassinunga* em 8 de março, mas outros estavam nas cidades e nas tavernas, havendo assaltos e roubos nas estradas.
[65] *Correio Paulistano,* 21 de fevereiro de 1888.

Suas salas eram boas, reconheceu o fazendeiro, mas haviam sido construídas em forma de quadrado, "uma forma repugnante até aqui." Nada fora mudado nos velhos alojamentos dos escravos, a não ser por já não terem "fechadura, e elles hoje até acham preferivel o quadrado, porque nelle recolhem os seus mantimentos sem receio do damno dos animaes. Meu quadrado é um grande pateo, cercado de casas brancas e limpas, cujas portas pretendo agora abrir para o lado de fóra." O mesmo fazendeiro mostrava-se impressionado com o baixo custo do trabalho livre, que "não é tão caro, como a principio parece. Este ponto foi a minha maior sorpreza na transformação por que passamos."[66]

Com o sucesso de sua experiência, a jubilante classe governante de São Paulo apressou-se em acabar com a escravatura através de uma ação legislativa e em instigar a abolição na totalidade da nação. Em 25 de fevereiro, o aniversário de Antônio Prado, o novo herói do abolicionismo, a capital provincial foi declarada livre de escravos e, dois dias mais tarde, um projeto para aplicar um imposto de 400 mil-reis em cada escravo existente na província foi introduzido na Assembléia Provincial, debatido rapidamente e passado em 7 de março, mas nunca sancionado pelo presidente provincial, Rodrigues Alves. Em menos de uma semana, contudo, a assembléia paulista decidira unanimemente submeter uma petição à Assembléia Geral para que esta agisse rapidamente, por razões sociais, morais e econômicas, no sentido de abolir a escravatura no país inteiro.[67] A conversão de São Paulo, tão dramática e inesperada quanto a do santo a que a província devia seu nome, fora completa.

Uma súbita e inesperada transformação ocorrera numa das mais ricas e influentes províncias do Brasil. Fortemente opostos à reforma até 1887, os proprietários de escravos da província encontraram-se subitamente diante de um abandono maciço de suas fazendas, promovido e ajudado por abolicionistas inteligentes e dedicados, enfrentando a perda de suas safras, o desastre econômico e a anarquia nas áreas rurais, mas tendo a felicidade de possuírem líderes flexíveis e condições econômicas favoráveis, os fazendeiros de São

[66] *A Provincia de São Paulo,* 8 de abril de 1888.
[67] *Annaes da Assemblea Legislativa Provincial de São Paulo. Sessão de 1888,* páginas 412-414; *Correio Paulistano,* 8 de março de 1888; *A Provincia de São Paulo,* 22 de março de 1888.

Paulo fizeram os ajustes necessários e, com grande surpresa sua, verificaram que haviam sido bem sucedidos, facilmente, em restabelecer o controle sobre sua força de trabalho e sua economia. Os milhares de escravos que tinham fugido e, depois, regressado ao trabalho em troca de pagamento ou uma parte da safra, os abolicionistas, especialmente Antônio Bento e os caifazes, os fazendeiros e seus líderes, nomeadamente Antônio Prado, todos eles foram responsáveis, embora por razões diferentes, pelo súbito colapso da escravatura em São Paulo e, assim, pelo seu rápido fim em todo o Brasil. São Paulo foi tardia, entre as províncias, em juntar-se às fileiras abolicionistas, mas sua súbita mudança significou a rápida conversão da maioria das outras províncias retardatárias. O colapso começou, então, nessas outras províncias: na Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e, em graus diferentes, em todas as províncias onde ainda havia escravos, incluindo a do Rio de Janeiro. Deste modo, quando os políticos se voltaram a encontrar de novo na capital, a 3 de maio de 1888, para a inauguração da nova sessão legislativa, sua primeira e mais importante tarefa foi aprovar um projeto de lei que confirmasse a queda *de facto* do sistema da escravatura e restaurasse a ordem na nação.